



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 037

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO****SESSÃO 037 ..... 02****Lista de presenças..... 02****Expediente:**

Ofícios..... 03

Questão de Ordem ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 10

Projetos de Lei Complementar ..... 14

Projeto de Decreto Legislativo..... 15

**Grande Expediente:**

Dep. Ângelo Vanhoni..... 16

Sr. Renato Adur (Secret. de Est.  
do Desenvolvimento Urbano ..... 17**Interpelações:**

Dep. Rafael Greca..... 22

Dep. Dobrandino da Silva..... 22

Dep. Ângelo Vanhoni..... 23

Dep. Nereu Moura ..... 24

Dep. Elton Carlos Welter ..... 24

Dep. Cleiton Kielse..... 24

Dep. Waldir Leite..... 25

Dep. Valdir Rossoni ..... 26

**Horário das Lideranças:**Liderança do PDT: Dep. Barbosa  
Neto..... 29Liderança do PT: Dep. Elton  
Carlos Welter ..... 29Liderança da Oposição: Dep.  
Valdir Rossoni..... 31Liderança do Governo: Dep.  
Nereu Moura ..... 32**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 34

Discussão / Votação ..... 35

Discussão Única (Indicação) ..... 35

1ª Discussão ..... 35

2ª Discussão ..... 38

3ª Discussão ..... 39

Discussão Única (Proposições)..39

Requerimentos .....43

**Ordem do Dia da próxima Sessão .....44****Publicações:**

Atas de Comissões.....44

Comissão de Redação .....44

Comissão de Direitos Humanos,  
da Cidadania e da Defesa do

Consumidor .....44

**037ª SESSÃO ORDINÁRIA****3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
04 DE MAIO DE 2005***(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,  
secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e  
Geraldo Cartário.

**Presenças:**

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, Elza Correia, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Plauto Miró Guimarães e Ratinho Júnior (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Sob o nº 510/2005, do Sr. Cláudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ademar Traiano, que pede esclarecimentos sobre surto da Doença de Chagas. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 521/2005, do Sr. Cláudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 228/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre licitações realizadas pelo DER a partir de 1º de janeiro. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 28 de abril de 2005.

Senhor Presidente:

A Administração do Porto de Paranaguá, autarquia governamental, vem sendo caluniada pelo Deputado Estadual José Domingos Scarpellini.

A leviandade das acusações despertam a nossa indignação.

Em consequência disso, estou encaminhando a V. Exa. o anexo dossiê, com a sugestão de abertura de uma CPI, para que o Deputado seja conhecido pela Assembleia e por todos os paranaenses, de forma clara e transparente.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ***Questão de Ordem***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 485/2004

MENSAGEM Nº 37/2004

QUESTÃO DE ORDEM

Art. 104 do Regimento Interno

(Para discutir matérias tratadas pelos artigos 142 a 147 do Regimento Interno)

O Projeto de Lei Complementar nº 485/2004, oriundo da Mensagem nº 37/2004, recebeu emendas de Comissão e de Plenário, dentre as quais algumas foram aprovadas e, conseqüentemente, compatibilizadas ao texto do projeto. Imperioso, portanto, que este fosse votado em Redação Final, observando-se o devido procedimento legal.

Convém observar que a matéria, tendo cumprido o rito previsto nos artigos 142 a 146 do Regimento Interno, foi tida como definitivamente aprovada.

O artigo 147 do regimento Interno determina que:

“Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas para a Comissão de redação, após elaboração na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando na Ordem do Dia, a fim de ser discutida, imediatamente, a redação final.”

Ora, o projeto, com as respectivas emendas, foi aprovado e remetido à Comissão de Redação, para elaboração da redação final, nos termos regimentais. Cumprida esta etapa, depara-se com matéria **aprovada, vencida**, não cabendo mais nenhuma alteração, nem pela referida Comissão, exceto eventuais correções formais previstas regimentalmente, nem mesmo pelo Plenário, por tratar-se de matéria já vencida.

Na Sessão Plenária de ontem, o projeto voltou apenas para efeito de votação da redação final, eis que o conteúdo da matéria já havia sido definitivamente aprovado em 1ª, 2ª e 3ª discussões **com o devido quórum legal**. Assim sendo, jamais poderia ter sido rejeitado o projeto na sua íntegra, ou seja, rejeitada matéria anteriormente aprovada.

Considerando o exposto, não resta sombra de dúvida que a votação do projeto na Sessão de ontem foi, apenas, de redação final, isto é, não poderia ter sido votado o mérito da matéria, pois este já havia sido provado.

Se eventualmente há discordância quando à redação final, formulada pelo setor próprio da Assembleia Legislativa, cabe apenas a correção do texto e não do conteúdo.

Nestas condições a matéria terá, obrigatoriamente, que ser submetida a nova votação, sob pena de estar-se

incorrendo em ilegalidade e em inconstitucionalidade.  
Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) NEREU MOURA

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO Nº 1207**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para discussão e votação da Proposição nº 085/2004, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) MAURO MORAES

### **REQUERIMENTO Nº 1234**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, dispensa de redação final para os projetos de lei que tenham sido aprovados em 2ª Discussão, e que não tenham recebido emendas.

Nestes termos pede deferimento.  
Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) CIDA BORGHETTI

### **REQUERIMENTO Nº 1208**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 043/2005, por 02 (duas) Sessões, item 12 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) VALDIR ROSSONI

### **REQUERIMENTO Nº 1214**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação da Proposição nº 085/2004, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) MAURO MORAES

### **REQUERIMENTO Nº 1215**

Senhor Presidente:

A Deputada Luciana Rafagnin, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, de acordo com o parágrafo 6º do artigo 170, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do duto Plenário, destaque, para votação do Item 02 da Ordem do Dia de hoje, veto apostado ao Projeto de Lei nº 626/2003, de sua autoria, que, institui que as escolas da zona rural públicas e privadas do Estado do Paraná deverão dispor

de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) LUCIANA RAFAGNIN

### **REQUERIMENTO Nº 1202**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01, 02, 03 e 04, da Ordem do Dia da presente Sessão. (Proposição de Veto: 085/2004, 011/2005, 017/2005 e 030/2005 respectivamente.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

### **REQUERIMENTO Nº 1240**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01, 02, 03 e 04, da Ordem do Dia da presente Sessão. (Proposição de Veto: 085/2004, 017/2005 e 035/2005 respectivamente.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

### **REQUERIMENTO Nº 1221**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 372/2004, que objetiva a reestruturação por parte do Poder Executivo da Defensoria Pública, e dá outras providências, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça.

Nestes termos pedem deferimento.  
Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) LUIZ NISHIMORI

### **REQUERIMENTO Nº 1248**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) NEIVO BERALDIN

### **REQUERIMENTO Nº 1228**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER justificar ausência, pois, ausentar-se-á deste plenário nas Sessões dos dias 07 a 11 do mês de maio, para participar da VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas - COPA, a realizar-se em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

## REQUERIMENTO Nº 1229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER justificar ausência, pois, ausentar-se-á deste plenário nas Sessões dos dias 07 a 11 do mês de maio, para participar da VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas - COPA, a realizar-se em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CHICO NOROESTE

## REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER justificar ausência, pois, ausentar-se-á deste plenário nas Sessões dos dias 07 a 11 do mês de maio, para participar da VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas - COPA, a realizar-se em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 1231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER justificativa de ausência, aos Deputados Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Artagão Júnior, Tadeu Veneri, Augustinho Zucchi, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Ademir Bier, Elza Correia e José Maria Ferreira, pois, ausentar-se-ão deste plenário nas Sessões dos dias 25 a 28 do mês de maio, para participar da IX Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se no Município de Pasta de São João, na Bahia.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para ausentar-se desta Casa de Leis para viagem a Foz do Iguaçu, onde participará da VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas - COPA, no período de 07 a 11 de corrente mês.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) ADEMIR BIER

## REQUERIMENTO Nº 1232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se no período entre os dias 07 e 11 do corrente mês e ano, para realização de viagem a Foz do Iguaçu/PR, sem ônus para

esta Casa de Leis, a fim de participar da VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas - COPA, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

## REQUERIMENTO Nº 1239

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, autorização desta Casa Legislativa, para viagem a Cuba, como representante e membro Titular da Comissão da Saúde Pública deste Parlamento.

A visita está motivada por um convite do Embaixador Brasileiro de Cuba, Sr. Tilden Santiago, quando da sua vinda ao Estado do Paraná, no mês de Abril/2005.

A viagem ocorrerá nos dias 06 a 20 de junho de 2.005 e está associada ao interesse deste Parlamento em conhecer o sistema de saúde pública daquele País, uma vez que é exemplo para os demais países.

A autorização supra citada engloba o pagamento das diárias e das passagens de ida e volta.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao órgão competente deste Parlamento para as devidas providências administrativas.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

## REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER que seja concedida autorização para comparecer à VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas - COPA, a ser realizada no período de 07 a 11 de maio do corrente ano, em Foz do Iguaçu, neste Estado do Paraná, com a conseqüente dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizada durante a duração do evento.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

## REQUERIMENTO Nº 1237

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual pelo Partido dos Trabalhadores, Luciana Rafagnin, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja concedido o horário, na segunda-feira, dia 23 de maio próximo, para fazer uso da palavra em plenário aos representantes das entidades que integram o 4º Encontro da Jornada de Agroec-

cologia, que será realizada nos dias 25 a 28 de maio, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Jornada de Agroecologia tem se consolidado como importante espaço de discussão, estudo, troca de experiências e ações de luta em torno de um novo projeto de desenvolvimento, centrado na inclusão e valorização da pessoa humana, na democratização da terra, na garantia da segurança alimentar, no fortalecimento da agricultura familiar e nas formas cooperadas e solidárias de produzir.

Em nome dos oito mil trabalhadores e trabalhadoras que estão sendo esperados para o 4º Encontro Anual da Jornada, as entidades representativas vêm convidar os Parlamentares e povo paranaense a esta grande celebração da viabilidade da agroecologia.

#### REQUERIMENTO Nº 1245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, fazer uso do Grande Expediente desta Casa, na Sessão do dia 20 de junho de 2005, às 14h30min, para homenagear os 20 anos de existência da Casa Latino-Americana - CASLA.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Casa Latino-Americana - CASLA, completa 20 anos no próximo dia 23 de junho. São duas décadas de um intenso e respeitado trabalho voltado para a identidade e cidadania latino-americana, para o resgate de valores, a formação e informação da comunidade sobre América latina e dedicando atenção especial à educação.

A CASLA presta apoio jurídico ao migrante em situação irregular que, por conta disso, vive em condições precárias e de subemprego. Durante a Assembléia Constituinte, a Casa Latino-Americana realizou campanhas de apoio aos povos indígenas, de direitos humanos e de atendimento gratuito a comunidades carentes e amparo a crianças.

A entidade lutou ativamente, durante esses 20 anos, em favor da redemocratização dos países da América Latina. Realizou cursos, palestras, debates, seminários e dois grandes congressos de educação para a integração latino-americana no Paraná; em Maringá (1994), reunindo aproximadamente dez mil pessoas, e em Marechal Cândido Rondon (1992), com cinco mil pessoas. O próximo grande congresso acontecerá em julho de 2006, em Curitiba, nas dependências do Centro Politécnico da UFPR e tem a expectativa de reunir quinze mil pessoas.

Junto às escolas da rede pública, a CASLA desenvolve “semanas da América-Latina” e trabalha conteúdos e atividades, voltadas para a identidade dos povos do con-

tinente. Essas informações não são encontradas nem mesmo nos livros didáticos das escolas e a CASLA consegue desenvolver atividades em parceria com os colégios, que complementam e enriquecem o conhecimento.

Recentemente, a CASLA firmou convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para realização de um curso de pós-graduação em Relações Internacionais, com metodologia multidisciplinar, enfocando em primeiro plano as estratégias das relações exteriores do Brasil e a integração no MERCOSUL. Como perspectiva, a CASLA avança em negociações para trazer para Curitiba, via convênio, o curso de formação de diplomatas do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), que deverá ser a segunda escola dessa amplitude no País. Hoje, a formação de diplomatas para atuarem como representantes oficiais do Brasil, no exterior só acontece no Instituto Rio Branco, que tem sede em Brasília-DF.

Por fim, a Casa Latino-Americana mantém atualizado um espaço na Internet - o Portal CASLA ([www.casla.com.br](http://www.casla.com.br)), com uma média de 170 a 200 acessos diários, de internautas do mundo inteiro, interessados em educação para a integração latino-americana.

É por toda essa bagagem de conhecimento, por essa atuação de duas décadas, que tanto engrandece o nome do Paraná, que solicitamos a prestação de uma merecida homenagem aos 20 anos de trabalhos da Casa Latino-Americana (CASLA), em Sessão Solene no dia 20 de junho às 14h30.

#### REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária no dia 21 de junho de 2005 (terça-feira), para comemoração do Dia do Imigrante Japonês no Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 1203

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 de maio (quinta-feira) para logo após o término da Sessão ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito de Curitiba e ao Exmo. Sr. Michele Caputo Neto,

Secretário Municipal de Saúde, de Curitiba, pelo bom trabalho alcançado na Secretaria de Saúde Municipal.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

#### REQUERIMENTO Nº 1226

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Ministra do Meio Ambiente - MMA - Exma. Sra. Marina Silva, solicitando da mesma que escolha o Município de Curitiba para realizar, em maio de 2006, a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8) e o 3º Encontro das Partes da Convenção do Protocolo de Cartagena ou Biossegurança (MOP3).

A concorrência para a realização desses encontros começou com doze concorrentes e hoje o Ministério do Meio Ambiente está entre Curitiba e Florianópolis, razão pela qual enfatizamos a importância da realização desses eventos da ONU em Curitiba, Capital do nosso Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1227

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao INEP/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, através de seu Presidente, Exmo. Sr. Eliezer Moreira Pacheco, solicitando as seguintes informações:

01. por que a publicação Resultados do SEAB 2003 - Brasil, disponível no sítio eletrônico que o INEP mantém na rede mundial de computadores, datada de junho de 2004, ainda é, em abril de 2005, apenas uma versão preliminar?

02. Por que ela não tem créditos da Presidência da República, do Ministério da Educação, da Presidência do INEP e de sua Diretoria de Avaliação da Educação Básica, como é praxe nos documentos que o INEP produziu a respeito do SEAB?

03. Existe uma versão oficial definitiva dos resultados do SEAB 2003?

04. Quais as justificativas técnicas para: a supressão da categoria de desempenho AVANÇADO, a mudança na descrição do que significa o desempenho INTERMEDIÁRIO, a diminuição da proficiência que exprime um desempenho mínimo compatível com quantos anos de escolarização de 250 pontos para 200 pontos, três modificações que a publicação Resultados do SEAB 2003, tornada público pelo INEP em junho de 2004 sem nenhum crédito oficial e com subtítulo Versão Preliminar, ostenta em relação ao estudo do mesmo INEP, intitulado Qualidade da Educação: uma nova feita do desempenho de estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental

Qualidade da Educação, publicado em abril de 2003 com as assinaturas do Presidente da República, do Ministro da Educação, do Presidente do INEP e do Diretor de Avaliação da Educação Básica?

05. Que será e como ocorrerá a ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar?

06. Que metodologia será utilizada?

07. Ela utilizará a TRI e a metodologia de Equalização?

08. Ela será amostral ou testará toda a população.

09. Quantos alunos, em quantas escolas serão submetidos aos testes?

10. Ela manterá a concepção de aprendizagem implícita no antigo SAEB ou a mudará?

11. Ela será aplicada nos mesmos moldes que a SAEB, isto é, por empresa contratada?

12. Ela gerará comparáveis entre ciclos de aplicação, entre ações nas quais os testes forem aplicados e entre unidades administrativas e localidades como o SAEB o fazia?

13. Além disso, se os testes forem aplicados a toda a população de 4ª a 8ª séries do Ensino Fundamental os dados da ANRESC serão estratificados em cada município, o que o SAEB não chegava a fazer, e por escola, o que o SAEB também não fazia?

14. E se for esse o caso, a comparabilidade dos dados estará assegurada?

15. E a ANEB manterá a metodologia do SAEB?

16. Ela será contratada por empresa contratada, como era o SAEB?

17. Qual será o custo da ANEB 2005?

18. Qual será o custo da ANRESC 2005?

19. Qual a justificativa técnico-pedagógica para a transformação do SAEB em ANEB e que benefícios tal mudança poderá trazer?

20. Há justificativa técnico-pedagógica e econômica para manter, concomitantemente a ANEB e a ANRESC?

21. que diferença existirão entre os dados gerados pela ANEB e pela ANRESC?

Dada a estimável importância do SAEB, que depois de dez anos de aplicação se firmou como gerador de informações sobre o desempenho dos estudantes brasileiros e sobre a qualidade de nosso sistema educacional, os pais, os educadores, os cidadãos e as lideranças políticas necessitam conhecer os mecanismos de avaliação do ensino no país, porque essas medidas influenciam a vida da sociedade como um todo, importando em qualidade de ensino essencial para se falar em futuro para as novas gerações de brasileiros.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Missal.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de um Posto Policial no Distrito de Ocoy, no Município de Missal.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, Exmo. Sr. Cel. Mário Wako, solicitando esclarecimentos quanto aos critérios de reajuste das taxas de bombeiros do FUNREBOM, para o ano de 2005, especialmente em Foz do Iguaçu, já que o empresariado local alega que, em muitos casos, houve aumentos da ordem de até 500%.

Também seria de bom alvitre, que nos fosse informado se foi levada em consideração a atual crise econômica que a cidade de Foz, e a região como um todo, vem sofrendo por conta da diminuição do comércio internacional e o desemprego crescente, como amplamente divulgado nos últimos meses.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações sobre quanto custaram, se houve licitação e quais os critérios para escolha dos veículos autorizados a serem comprados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O referido despacho foi publicado no Diário Oficial de 29 de abril do ano corrente, sob os nºs 8509153/05, 8465325/05 e 8459449/05.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de que seja instalada uma sede regional do Instituto Médico Legal - IML, no Município de Medianeira, atendendo solicitações da comunidade da região e, em especial, do Exmo. Vereador Edemar Filipin, Presidente da Câmara Municipal de Missal.

Tal solicitação prende-se ao fato de que atualmente as necrópsias são feitas no IML de Foz do Iguaçu, que atende todos os Municípios da região, trazendo um acúmulo de serviços e uma conseqüente demora na liberação dos corpos, trazendo transtornos, sofrimentos e gastos excessivos aos familiares das vítimas.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências no sentido de que seja viabilizada uma viatura nova para a Polícia Militar de Missal, atendendo solicitações da comunidade local e da Câmara Municipal de Missal, através de seu Presidente, o Vereador Edemar Filipin.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências no sentido de que seja viabilizada instalação de um Posto Policial no Distrito de Porto Ocoy, no Município de Missal, atendendo solicitações da comunidade local e da Câmara Municipal de Missal, através de seu Presidente, o Vereador Edemar Filipin.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, questionando a não aplicação de 10% mínimo legal exigido pela Portaria nº 2047/2002 e Reso-



lução nº 322/2002, do Conselho Nacional da Saúde, no exercício de 2003, conforme comprovação feita pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS do Ministério da Saúde, através de Auditoria nº 1676.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio do expediente ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, solicitando providências no sentido de agilizar a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Paraná, interligando o nosso País ao Paraguai, para garantir condições adequadas ao transporte de cargas, bem como facilitar o tráfego de pedestres e veículos leves, já altamente congestionados.

Estamos atendendo, através do presente, solicitações da comunidade da região e da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, através de seu 2º Vice-Presidente, Vereador Tadeu Madeira.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1233

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Luís Inácio Lula da Silva, Presidente da República; Sr. Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes; Sr. Antônio Palocci Filho, Ministro da Fazenda; José Dirceu, Ministro-Chefe da Casa Civil e Paulo Bernardo; Ministro do Planejamento, para que no âmbito de suas competências adotem as medidas necessárias para a redução de três para dois anos do prazo, de alienação de veículos adquiridos com isenção de IPI para utilização como táxi.

Requer ainda, que aprovado este requerimento, sejam comunicados os Srs. Valdemar Rocha, Presidente da Rádio Táxi Capital; Antonio Carlos Carraro, da Rádio Táxi Paraná; Dílson João Alves, da Rádio Táxi Faixa Vermelha; Pedro Antonio Rodrigues, da Associação Rádio Táxi Alternativa; Joil Mores, Associação dos Cotistas de Rádio Táxi de Curitiba; Edson Renato Almeida Fernandes, Associação Rádio Táxi Sereia e Valdeci Egidio Martins, da Lig Táxi Central de Serviço para Táxi.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Os veículos automotores, para utilização da atividade de transporte individual de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), podem ser adquiridos, com isenção do IPI (desde que de fabricação nacional, equipado com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos de no mínimo quatro portas, inclusive a de

acesso ao bagageiro, movido a combustível de origem renovável, ou sistema reversível de combustão, classificado na posição 8703 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), quando adquiridos até 31/12/2006, aprovada pelo Decreto nº 4070, de 28 de dezembro de 2001).

Estes veículos só podem ser alienados após três anos de uso, em alguns casos poderá se obter uma alienação em prazo menor, mas condicionada à autorização prévia da Secretaria da Receita Federal.

Srs. Deputados, esta legislação impõe dificuldades à população e ao setor taxista, por dois motivos:

1. a conjuntura do mercado automobilístico do Brasil alterou-se muito nos últimos anos. A chegada de novas montadoras e a ampliação do mercado externo promoveu a renovação tecnológica e diversificou a apresentação de modelos de veículos impondo um novo ritmo de consumo que afetou diretamente o serviço de táxi, que pelos impeditivos da legislação atual não consegue manter o padrão de modernidade e de diversidade que consumidor deseja.

2. O mercado de táxi, por outro lado, tem se sofisticado, Curitiba, por exemplo, tem o que é considerado o melhor serviço de táxi do Brasil, graças ao empreendedorismo de suas empresas, associações e cooperativas e a qualificação de seus motoristas. Mas mesmo assim, é um setor que mantém o esforço permanente para oferecer novos serviços e qualificar ainda o atendimento de seus clientes.

Neste sentido, em função desses elementos, constatamos que a renovação das frotas com mais rapidez é uma necessidade do mercado de transporte urbano na categoria dos táxis. Portanto, consideramos importante que o Governo Federal implemente medidas para redução do prazo de alienação dos veículos adquiridos com isenção de IPI.

Por outro lado, esta redução no tempo de alienação promove uma melhoria nas condições de trabalho dos motoristas pela ampliação do conforto e segurança dos motoristas, uma categoria, já marcada pelas condições de trabalhos difíceis em situações estressantes de trânsito e muitas vezes, em condições inseguras, como vítimas em potencial de assaltos, que alguns casos podem lhes custar a própria vida. Por outro lado, promove o aumento da rentabilidade deste segmento econômico, pela redução de consumo e redução de defeitos mecânicos decorrentes da renovação da frota.

Entendemos, também, que a melhoria do serviço de táxi é um benefício para a população que se utiliza deste serviço, pois terá um atendimento mais confortável e seguro. A mesma população que vai se beneficiar com um trânsito ainda mais seguro e redução na emissão de poluentes, pela utilização intensiva de veículos mais novos e modernos.

Por último, pedimos a aprovação deste requerimento, também, como um reconhecimento aos prestadores de serviço de táxi pelo esforço em prestar um bom

serviço e pelas dificuldades peculiares de seu campo de atuação.

#### REQUERIMENTO Nº 1241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando providências no sentido de que seja viabilizada a instalação de um Centro Regional de Saúde Pública no Município de Medianeira, atendendo solicitações da comunidade local e da Câmara Municipal de Missal, através de seu Presidente, Exmo. Sr. Vereador Edegar Filipin.

Atualmente os Centros de Especialidades Médicas encontram-se nas cidades de Foz do Iguaçu e Cascavel, o que vem gerando enormes gastos da municipalidade com traslado de pacientes, além da enorme dificuldade de conseguir-se vagas para o atendimento pretendido, uma vez que os referidos Centros Regionais atendem pacientes de inúmeros Municípios.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando providências no sentido de que sejam viabilizados recursos para a reforma do telhado da Escola Municipal Griselde Roaming Fichborn, atendendo solicitações da comunidade local e da Câmara Municipal de Medianeira, através de sua Presidente, a Exma. Sra. Vereadora Sandra Márcia Menegol Dela Justina e do Vereador Alcir Bombassaro, 1º Secretário da Câmara.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a especial gentileza de incluir nas ações do Governo as seguintes obras, no Município de Foz do Iguaçu, que julgamos ser de extrema urgência:

1 - Rua Vacaria, com continuidade à Rua Mariópolis, no trecho compreendido entre a BR-277 e Avenida das Cataratas;

2 - Continuidade de pavimentação asfáltica da Rua Felipe Wandscherr até a Rua Vacaria;

3 - continuidade da pavimentação asfáltica da Avenida República Argentina até a Rua Vacaria, e

4 - recuperação da pavimentação asfáltica da Rua Ernesto Gayer, do bairro Três Lagoas até o bairro Alto Boa Vista.

Estamos atendendo, através do presente, solicitações da comunidade local e do Vereador Geraldo Martins, da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1246

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes e Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, e REQUERER informações a respeito de onde estão atualmente localizados os 3,5 milhões de paralelepípedos retirados das vias que dão acesso ao Porto de Paranaguá em razão de sua concretagem.

Ainda, qual a previsão de devolução dos respectivos paralelepípedos ao Município de Paranaguá?

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 250/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatório o uso de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada para crianças portadoras de Diabetes Mellitus e aos Celíacos, em todas as escolas da rede pública de Educação do Estado do Paraná.

Art. 2º A alimentação especial será orientada através de receituário médico e de nutricionistas, a quem caberá a supervisão do uso dos alimentos.

Art. 3º A regulamentação, controle e a execução desta lei caberão à Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

A Diabetes Mellitus também conhecida simplesmente por Diabetes ou hiperglicemia, (popularmente

conhecida por açúcar no sangue), é uma doença provocada pela deficiência da produção e/ou de ação da insulina, que leva a sintomas agudos e a complicações crônicas características.

O distúrbio envolve o metabolismo da glicose, das gorduras e das proteínas e tem graves consequências tanto quando surge rapidamente como quando se instala lentamente. Nós dias atuais se constitui em problema de saúde pública pelo número de pessoas que apresentam a doença, principalmente no Brasil.

Apresenta diversas formas clínicas, sendo classificados em:

1 - Diabetes Mellitus tipo I: ocasionado pela destruição da célula beta do pâncreas, em geral por decorrência de doenças auto-imune, levando a deficiência absoluta de insulina.

2 - Diabetes Mellitus tipo II: provocado predominantemente por um estado de resistência à ação da insulina associada a uma relativa deficiência de sua secreção.

3 - Outras formas de Diabetes Mellitus: quadro associado a desordens genéticas, infecções, doenças pancreáticas, uso de medicamentos, drogas ou outras doenças endócrinas.

4 - Diabetes Gestacional: circunstância na qual a doença é diagnosticada durante a gestação, em pacientes sem aumento prévio da glicose.

O diagnóstico pode ser presumido em pacientes que apresentam os sintomas e sinais clássicos da doença que são: sede excessiva, aumento do volume e do número de micções (incluindo o surgimento do hábito de acordar à noite para urinar), fome excessiva e emagrecimento. Na medida em que um grande número de pessoas não chega a apresentar esses sintomas, durante uma longo período de tempo, e já apresentam a doença, recomenda-se um diagnóstico precoce. É o ponto fundamental do tratamento de qualquer tipo de paciente diabético.

O objetivo geral do diagnóstico precoce é o de auxiliar o indivíduo a fazer mudanças em seus hábitos alimentares, permitindo um controle metabólico adequado. Além disso, o tratamento nutricional deve contribuir para a normalização da glicemia, diminuir os fatores de risco cardiovascular, fornecer as calorias suficientes para manutenção de um peso saudável, prevenir as complicações agudas e crônicas e promover a saúde geral do paciente. Para atender esses objetivos a dieta deveria ser equilibrada como qualquer dieta de uma pessoa saudável normal, sendo individualizada de acordo com as particularidades de cada paciente incluindo idade, sexo, situação funcional, atividade física, doenças associadas e situações sócioeconômico-cultural.

A composição da dieta deve incluir 50 a 60% de carboidratos, 30% de gorduras e 10 a 15% de proteínas. Os carboidratos devem ser preferencialmente complexos e ingeridos em 5 a 6 porções por dia. As gorduras devem incluir no máximo 10% de gorduras saturadas, o que significa que devem ser evitados carnes gordas, embutidos, frituras, laticínios integrais, molhos e cremes ricos em

gorduras e alimento refogados ou temperados com excesso de óleo. As proteínas devem corresponder a 0,8 a 1,0 g/kg de peso ideal por dia, o que corresponde em geral a 2 porções de carne ao dia. Além disso, a alimentação deve ser rica em fibras, vitaminas e sais minerais, o que é obtido pelo consumo de 2 a 4 porções de frutas, 3 a 5 porções de hortaliças, e dando preferência a alimentos integrais.

### CELÍACOS

Ainda pouco conhecida, seus sintomas podem se confundir com outros distúrbios. Trata-se da Doença Celíaca, ou seja: a intolerância permanente ao glúten.

A Doença Celíaca geralmente se manifesta na infância, entre o primeiro e terceiro ano de vida, podendo, entretanto, surgir em qualquer idade, inclusive na adulta.

O tratamento da doença consiste em uma dieta totalmente isenta de glúten. Os portadores da doença não podem ingerir alimentos como: pães, bolos, bolachas, macarrão, coxinhas, quibes, pizzas, etc. quando estes alimentos possuem o glúten em sua composição ou processo de fabricação.

Devido à exclusão total de alguns alimentos ricos em carboidratos e fibras, a dieta do Celíaco habitualmente é composta em sua maior parte de gorduras (margarina, manteigas, óleos, etc) e proteínas (carne em geral) e em menor parte de carboidratos (massas sem glúten, açúcares, etc.).

Todo Celíaco que não transgredir a doença, tende a ter um aumento do peso corporal, e desta forma deve ter uma dieta equilibrada. Para tanto, deve diminuir a ingestão de proteínas, moderar o consumo de gorduras e aumentar o consumo de frutas, sucos naturais, verduras e legumes, tornando sua alimentação mais adequada e saudável.

O glúten é a principal proteína presente no trigo, aveia, centeio, cevada e no malte (sub-produto da cevada), cereais amplamente utilizados na composição de alimentos, medicamentos, bebidas industrializadas, assim como cosméticos e outros produtos não ingeríveis.

O glúten não desaparece quando os alimentos são assados ou cozidos, e por isto a dieta deve ser seguida à risca, pois agride e danifica as vilosidades do intestino delgado e prejudica a absorção dos alimentos.

O sintoma mais freqüente é na faixa pediátrica, surgindo ao introduzirmos alimentação à base de papinha de pão, sopinhas de macarrão e bolachas, entre outros industrializados com cereais proibidos.

Caracteriza-se pela diarreia crônica, desnutrição com déficit do crescimento, anemia ferropriva não curável, emagrecimento e falta de apetite, distensão abdominal (barriga inchada), vômitos, dor abdominal, osteoporose, esterilidade, abortos de repetição, glúteos atrofiados, pernas e braços finos, apatia, desnutrição aguda que podem levar o paciente à morte na falta de diagnóstico e tratamento.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoio à proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar as condições de vida das crianças que necessitam de alimentação especial na merenda escolar.

**PROJETO DE LEI Nº 251/2005**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituída a Política de Incentivo às Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados de Cana-de-Açúcar, formulada e executada como parte da política de desenvolvimento sócioeconômico regional integrado e sustentável e voltada para a geração de emprego e renda nas regiões administrativas do Estado do Paraná.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por microdestilaria a unidade com capacidade de produção de até 5.000 (cinco mil litros) de álcool por dia;

Art. 3º Serão atendidas prioritariamente pela política de que tratam esta lei as regiões com vocação agrícola para a produção da cana-de-açúcar em pequenas médias propriedades.

Parágrafo Único - São destinatários preferenciais da política de que trata esta lei os agricultores familiares, os pequenos e médios produtores rurais, os trabalhadores em regime de parceria, os meeiros, os comodatários, os assentados em projetos de reforma agrária e os arrendatários rurais.

Art. 4º São objetivos da Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool e beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-açúcar:

I - estimular investimentos em pequenos empreendimentos de interesse das comunidades rurais, do agricultor familiar, das associações e das cooperativas, como forma de incentivar a produção do álcool combustível para autoabastecimento, da aguardente, do açúcar mascavo, da rapadura e de outros produtos derivados de cana-de-açúcar;

II - criar alternativas de emprego e renda em regiões produtoras de cana-de-açúcar.

Art. 5º Na implementação de Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar cabe ao poder público:

I - apoiar a implantação e o desenvolvimento de Microdestilarias de álcool e fábricas de beneficiamento dos produtos derivados de cana-de-açúcar em regiões do Estado com vocação para a produção de cana-de-açúcar;

II - criar oportunidade de renda e de trabalho para os projetos beneficiados pelos assentamentos de reforma agrária;

III - estimular atividades agropecuárias que utilizem os subprodutos do beneficiamento da cana-de-açúcar;

IV - estimular parcerias entre os órgãos estaduais e federais de pesquisa e extensão rural, com o objetivo de dotar tecnologicamente os empreendimentos beneficiados pela política de que trata esta lei, aumentando a produtividade agrícola e a eficiência tecnológica;

V - criar mecanismos para viabilizar a comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar e estimular a produção do álcool combustível para consumo dos cooperados, em caso de cooperativas, dos associados, em casos de associações, ou dos produtores rurais independentes;

VI - criar linhas de crédito para financiar projeto de microdestilaria ou beneficiamento dos produtos derivados da cana-de-açúcar;

VII - articular as políticas de incentivo às microdestilarias com os programas de geração de emprego e renda, buscando o desenvolvimento regional integrado e sustentável;

VIII - estimular a busca de constante da qualidade dos produtos, por meio de cursos de capacitação e organização empresarial;

IX - criar campanhas de promoção dos produtos das microdestilarias e derivados da cana-de-açúcar, apoiando e estimulando a sua colocação no mercado consumidor;

X - estimular o cooperativismo e o associativismo;

XI - buscar integração entre a produção agrícola, o beneficiamento e as práticas de conservação e sustentabilidade do meio ambiente.

Art. 6º São instrumentos da Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias e ao Beneficiamento dos Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar:

I - crédito rural;

II - o incentivo fiscal e tributário;

III - a pesquisa agropecuária e tecnológica;

IV - a extensão rural e a assistência técnica;

V - a promoção e a comercialização dos produtos;

VI - o certificado de origem e qualidade dos produtos destinados à comercialização.

Art. 7º A Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias e ao Beneficiamento dos Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar será gerenciada por um órgão específico, ao qual compete operacionalizar:

I - o planejamento e a coordenação das políticas de incentivo;

II - a definição da viabilidade técnica e econômica dos projetos;

III - o acompanhamento da execução da política de que trata esta lei;

IV - o suporte técnico aos projetos, com a prestação de apoio à elaboração, ao desenvolvimento, à execução e à operacionalização dos empreendimentos, por

intermédio das empresas de pesquisa agropecuária e de extensão rural;

V - a busca de parceria com outras entidades, pública ou privadas, para maximizar a produção e a comercialização dos produtos;

VI - a promoção de cursos de formação e capacitação gerencial para os empreendimentos, por meio de parcerias com centros tecnológicos, universidades, organizações não governamentais e centros de formação;

VII - a elaboração de cadastro das microdestilarias do Estado;

VIII - a manutenção de cadastro atualizado das microdestilarias constituídas ou em constituição e das inovações propostas para esse segmento da produção agropecuária;

IX - a viabilização de espaços públicos, em parcerias com os Municípios e a iniciativa privada, destinada à comercialização dos produtos, para estimular a sua colocação no mercado consumidor;

X - o estímulo à integração das microdestilarias no Estado, por meio da constituição de uma rede solidária, com o intuito de ampliar negócios e a criação de novas unidades;

XI - a criação de um selo de identificação para os produtos derivados das microdestilarias e das fábricas de beneficiamento para promover a comercialização e garantir a qualidade dos produtos.

Art. 8º A Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias será executada com recursos públicos e privados.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

É um projeto de lei que dispõe sobre a criação da “Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool de Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar com a prioridade aos agricultores familiares, aos pequenos e médios produtores rurais, à mão-de-obra em regime de parceria, aos meeiros, comodatários, arrendatários rurais e aos assentados em projetos de reforma agrária.

O intuito é contribuir para o incremento da produção agrícola no campo dos agronegócios familiares, destinadas precisamente a propiciar a inserção, a cadeia produtiva, com a conseqüente geração de renda e emprego, dos agropecuaristas dedicados à exploração de pequenas e médias propriedades.

O objetivo do projeto é buscar alternativas para a geração de emprego e renda nas regiões do Estado com potencial para a produção de cana-de-açúcar, incentivando a implantação e o desenvolvimento das microdestilarias de álcool e fábricas de beneficiamento dos produtos

derivados da cana-de-açúcar, como melado, açúcar mascavo, rapadura e garapa.

Além disso, a iniciativa vai permitir também o aproveitamento da vinhaça para a fertilização do solo ou produção de biogás, bem como a utilização da palha e do bagaço da cana-de-açúcar para a fabricação de ração animal ou para a produção de eletricidade em pequenas usinas.

O projeto quer garantir o desenvolvimento regional sustentável, integrando a produção agrícola, o beneficiamento e as práticas de conservação e sustentabilidade do meio ambiente.

De acordo com a propositura, a Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool atribui ao Estado o incentivo, as linhas de crédito, a pesquisa e a extensão rural, a capacitação dos trabalhadores, o estímulo tributário, além da busca de parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, para maximizar a produção e promover a colocação dos produtos no mercado consumidor, com qualidade garantida por meio de um selo de identificação.

Políticas deste porte já são adotadas nos outros países, como os Estados Unidos, onde o principal incentivo à produção do álcool é a desoneração fiscal e, no caso do Estado do Paraná, tal medida irá contribuir para o resgate e a valorização da produção do campo, sobretudo nas regiões onde as desigualdades sociais prevalecem, comprometendo as condições de sobrevivência dos pequenos proprietários rurais.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar a geração de emprego e renda dos pequenos e médios agricultores do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 252/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Cristã de Estudos da Fraternidade Irmanada - ACEFI, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, sita à Estrada Velha dos Correia, 60 - Bairro Serraria do Rocha.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã de Estudos da Fraternidade Irmanada - ACEFI, com sede e foro em Paranaguá - Paraná, é um órgão de caráter assistencial e educacional, sem fins lucrativos.

Tendo como finalidade, resgatar o convívio social e familiar, homens e mulheres dependentes químicos,

auxiliando-os na redescoberta de sua identidade, dignidade, incentivando-os a se tornarem agentes de sua própria transformação, colaboração de uma sociedade justa e solidária.

Realizar e estimular a realização de programas permanentes de prevenção e combate ao uso de drogas.

**PROJETO DE LEI Nº 253/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O artigo 1º da Lei Estadual nº 14.424, de 03 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As escolas da rede pública do Estado do Paraná, de ensino fundamental e médio, ficam obrigadas a exigir a carteira de identidade como documento necessário à realização da matrícula escolar”.

Art. 2º O artigo 4º, da Lei Estadual nº 14.424, de 03 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º As creches públicas do Estado do Paraná ficam obrigadas a exigir a carteira de identidade como documento necessário à realização da matrícula da criança, observando-se o disposto nos artigos anteriores”.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

**JUSTIFICATIVA:**

O Estado possui leis estaduais que tratam da isenção da taxa da cédula de identidade aos alunos da rede pública estadual, quer seja, 11.355/96 e 14.424/04.

Ocorre que, o objetivo do presente projeto de lei é dar uma amplitude aos alunos da rede pública municipal do Estado do Paraná, o que por certo vai beneficiar milhares de alunos carentes que serão identificados.

Com a aprovação do projeto, além do alcance social que estaremos atingindo, o Instituto de Identificação do Paraná passará a possuir um dos maiores e mais completos arquivos de pessoas nascidas/moradoras no nosso Estado.

Finalizando, estaremos com a apresentação do projeto, eliminando a discriminação existente hoje, entre os alunos das escolas públicas municipais com os da rede pública estadual.

**PROJETO DE LEI Nº 255/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Rotaract, a ser comemorado anualmente na data de 26 de outubro.

Art. 2º Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa prestar justa homenagem aos Rotaracts Clubs deste Estado, como forma de reconhecimento pelos trabalhos sociais que esta entidade vem exercendo no Paraná.

O Rotaract Club é uma organização internacional de jovens com idade entre 18 e 30 anos, que promove prestação de serviços à comunidade, desenvolvimento da liderança e a melhoria do bem-estar social. Esta organização é um dos programas de Rotary Internacional direcionado às novas gerações, e conta com 7490 Rotaracts Clubs, distribuídos em 155 países, formando 173 mil sócios.

No Paraná são 88 núcleos distribuídos em quatro distritos, concentrando vários jovens que buscam oportunidades para o seu desenvolvimento, tanto pessoal como profissional, através das atividades comunitárias, além do aperfeiçoamento da sua liderança, diferenciando-os assim dos demais jovens. Os clubes no nosso Estado já conquistaram diversos prêmios e reconhecimentos a nível internacional, como também o carisma da população paranaense.

Por estas razões, consideramos de inteira justiça o que estamos propondo, esperando contar com o integral apoio dos nobres Pares na aprovação do presente.

***Projeto de Lei Complementar***

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 254/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Objetiva a reestruturação por parte do Poder Executivo da Defensoria Pública, para promover a orientação jurídica integral e gratuita em todas as instâncias, em todo o território do Estado do Paraná, em cumprimento do que prevê o artigo 5º, LXXXIV, da Constituição Federal e o artigo 127, parágrafo único, da Constituição Estadual.

Art. 2º A reestruturação de que trata o *caput* do artigo 1, dar-se-á através de criação de Escritórios Regionais nas cidades sedes das Regiões Administrativas do Poder Executivo, sob a jurisdição da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, em convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seção do Paraná e com acadêmicos de Direito através dos Institutos que promovem estágios, devidamente organizados e reconhecidamente idôneos.

Art. 3º Os recursos para a operacionalização dos escritórios de que trata o artigo anterior, serão tirados do Orçamento da Estrutura Administrativa da SEJU.

Parágrafo Único. O Poder Executivo poderá propor Convênios com os Municípios em percentuais que será regulamentado por Decreto Governamental.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(aa) LUIZ NISHIMORI

MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um dos únicos Estados do Brasil a não possuir uma Defensoria Pública Estadual com um quadro efetivo de advogados, constituído através de concurso público e que não possui um único defensor público no interior.

Esta é uma constatação que fizemos, e que vem ao encontro da observação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, através de sua seção do Paraná.

O papel da Defensoria Pública é o de prestar assistência jurídica e integral aos cidadãos de baixa renda e carentes em causas cíveis e criminais. É um direito essencial à Justiça no Brasil, prerrogativa assegurada pela Constituição Federal e 1988 e também confirmada pela Carta Magna Estadual.

Deveria ser um sistema organizado para a aplicação da Justiça, num país onde se vive tanto a proliferação da injustiça e o corroer dos salários - cada vez mais baixos - impondo-se sempre a justiça dos poderosos.

O artigo 5º, LXXXIV, da Constituição Federal e o artigo 127, parágrafo único da Constituição Estadual, preconizam que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem insuficiência de recursos para o pagamento de um advogado.

Também são princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoalidade e a independência da função.

O princípio fundamental deste projeto de lei é dar oportunidade de atendimento gratuito aos Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH mais baixo, onde por certo se concentra o maior número de pessoas carentes.

Como sabemos da impossibilidade de se implantar uma Defensoria Pública em cada um dos 399 municípios do Estado, propomos a sua operacionalização a partir das sedes das Microrregiões Administrativas do Estado.

Como os recursos já estão previstos no Orçamento do Estado, conforme descreve o artigo 3º do presente projeto de lei, não existindo, portanto, qualquer problema operacional.

Como na Capital a Defensoria Pública existe, mesmo funcionando precariamente, objetivamos a reestruturação da mesma como um todo, a partir de um convênio que já existe com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná e um novo convênio que será firmado com os acadêmicos dos cursos de Direito, das várias Faculdades do Estado do Paraná inscritos nos Institutos de Estágios especializados, desde que devida-

mente reconhecidos como idôneos, que venham a se interessar em desenvolver um trabalho que serviria tanto para os acadêmicos, como para os cidadãos que necessitam de atendimento especializado e não possuem recursos para a contratação de um advogado. Esta forma de reestruturação atenderia o anseio das pessoas menos favorecidas pela sorte, que precisam de atendimento por parte da Justiça.

Assim, devidamente justificado, pedimos a colaboração dos nobres Pares para a sua aprovação.

## *Projeto de Decreto Legislativo*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº003/ 2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica sustado, nos termos do disposto no artigo 54, XXVI, da Constituição do Estado do Paraná, o Decreto nº 3320, de 12 de julho de 2004, que aprova os critérios, normas, procedimentos e conceitos aplicáveis ao SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e áreas de preservação permanente e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.05.2005.

(a) ELIO RUSCH

#### Apoiamento:

Reni Pereira, Nelson Garcia, Ailton Araújo, José Domingos Scarpellini, Barbosa Neto, Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Waldir Leite e Luiz Nishimori.

#### JUSTIFICATIVA:

O Decreto Estadual nº 387/99, vigente até a data de publicação do Decreto nº 3320/2004, foi amplamente debatido à época, com todos os setores envolvidos, a exemplo da SEMA/IAP, SEAB/EMATER, SEPL, AMP, Ministério Público Estadual, FAEP, OCEPAR e ONG's ambientalistas. Já o novo decreto, que o altera substancialmente, não foi levado a debate com a sociedade paranaense.

O Decreto nº 387/99 fornecia maior amplitude regional de compensação da Reserva Legal, contando com dez agrupamentos de municípios, que contemplavam tecnicamente as principais microbacias contribuintes das bacias hidrográficas consideradas em sua redação. O decreto 3320/2004 elevou o número de agrupamentos de Municípios para 21, reduzindo o número de Municípios pertencentes a cada agrupamento dentro do qual pode ser feita compensação.

Além disso, o Decreto 387/99 possibilitava a propriedades altamente produtivas a recuperação da Reserva Legal, por um período de rotação estabelecido técnica-

mente com essências florestais exóticas, a exemplo do pinus e do eucalipto, de forma a não onerar de uma só vez a propriedade pela imobilização de 20% de sua área de produção. O decreto atualmente vigente, discriminatoriamente, permite tal possibilidade tão somente às pequenas propriedades rurais, sem levar outros aspectos em consideração a não ser o tamanho da área.

O Decreto 387/99 previa, ainda, doze áreas prioritárias para recuperação da Reserva Legal, os Corredores da Biodiversidade dos principais rios paranaenses, nas quais já se previa a necessidade e a única possibilidade de recuperação com o plantio de espécies nativas do ecossistema local, de forma heterogênea.

O decreto em vigor atualmente amplia estas áreas para 26, sem contar as APA's (Áreas de Proteção Ambiental) estaduais e federais, além das Unidades de Conservação de Uso Sustentável não caracterizadas como APA's, porém indevidamente inseridas no Anexo II da Portaria IAP nº 233, de 26 de novembro de 2004, que aprova os mecanismos de operacionalização do SISLEG, regulamentando do Decreto nº 3320/2004. Essa inserção vem reduzir as possibilidades de recuperação gradativa em amplas áreas do Estado, a exemplo de boa parte da Serra da Esperança, que é uma APA Estadual, de boa parte da região Noroeste, inserida na APA Federal das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná e da Serra do Mar, inserida numa Unidade cuja categoria já nem mais existe, a AEIT do Marumbi e, ao mesmo tempo, insere com prioritárias áreas do próprio Estado do Paraná quase que completamente coberta por espécies exóticas, como é o caso da Floresta Estadual Metropolitana, localizada em Pirapora, por eucalipto, e da Floresta Nacional de Irati, com grande área coberta por pinus.

Além dessas Unidades de Conservação, são consideradas prioritárias pelo Decreto nº 3320 todas as áreas localizadas no "entorno" das Unidades de Conservação de Proteção Integral, sem definir o que seja esse entorno". A Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e seu Decreto regulamentador nº 4340, de 22 de agosto de 2002, estabelecem claramente que as "Zonas de Amortecimento" ou "entorno" das Unidades de Conservação de Proteção Integral serão definidas nos seus respectivos Planos de Manejo e poucas são as Unidades de Conservação citadas como prioritárias pelo referido Decreto que possuam Plano de Manejo e, mesmo as que o possuam, não os possuem devidamente atualizados.

Assim, como se pretende através de um Decreto Estadual estabelecer restrições legais para a utilização de áreas sem cumprir o que diz a legislação federal, que lhe é hierarquicamente superior?

Por fim, sem pretender entrar muito no mérito, pelo parágrafo único do artigo 13 do Decreto nº 3320/2004, pretende o Executivo Estadual tornar "nulo de pleno direito" em seu próprio dizer, "qualquer novo instrumento adotado que vise postergar de prazos ou alterar

o cronograma de implantação da reserva legal". Ora, qualquer novo instrumento, desde que hierarquicamente superior ao Decreto do Poder Executivo já nasce com a prerrogativa de torná-lo nulo.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em entendimento entre o Deputado Dobrandino, Líder do Governo e o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, vamos inverter, dando oportunidade para que o nosso convidado, Secretário de Estado, do Desenvolvimento Urbano, Renato Adur, use a primeira meia hora, e posteriormente nós voltaremos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Renato Adur, para fazer o seu pronunciamento.

## ***Deputado Ângelo Vanhoni (PT)***

O SR. ÂNGELO VANHONI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, como autor de um dos requerimentos do convite feito ao Secretário Renato Adur, gostaria de fazer uma breve saudação.

Quero agradecer a presença do Secretário Renato Adur, da sua equipe técnica, em especial ao Diretor do PARANACIDADE, nosso arquiteto Luiz Forte Neto.

O objetivo desse convite, entre todas as informações que V. Exa., da forma como lhe convier passar aos Deputados, mas tenho o interesse, vários Deputados têm interesse em relação à região do litoral do Paraná.

Todos sabemos que é uma região peculiar do nosso Estado. Noventa por cento do meio ambiente do Estado está concentrado nessa região. Uma região protegida por parques nacionais e estaduais de preservação do meio ambiente.

Temos a baía de Paranaguá e a baía de Antonina. Temos a de Guaratuba e de Guaraqueçaba, e temos um problema de desenvolvimento econômico nessa região.

Temos um porto por onde é escoado a maior parte de toda a produção agrícola, agropecuária do Paraná e de produtos industrializados. O Porto de Paranaguá, no ponto de vista de grãos, o maior porto exportador do Brasil, é o segundo porto em exportações de todo o território nacional. E temos uma comunidade, que é a comunidade que fundou aquilo que chamamos de Paraná e de Brasil.

Os portugueses vieram e entraram em nosso território a partir de Superagüi, da Ilha de Cutinga e a partir de Paranaguá. E a cidade de Curitiba e as outras cidades do Paraná devem aos desbravadores parnanguáras essa possibilidade de hoje termos um Estado integrado. A cultura e a formação do nosso povo deve muito ao litoral.

O Governo do Paraná vem fazendo muito. Agora no dia dezesseis será inaugurado uma obra do Governo Federal junto com o Governo do Estado, que reputo da



maior importância para o litoral, que é a Universidade do Litoral. Vamos agregar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social e científico, isto é, conhecimento econômico para preservar o litoral, desenvolver e fazer com que a nossa população tenha qualidade de vida.

Mas, o motivo da sua vinda, Secretário Renato Adur, como a sua Secretaria pensa, projeta as soluções, enfrenta as dificuldades do presente e projeta as soluções no espaço e no tempo para o nosso Estado, foi com esse objetivo que pedimos a sua presença, para que nos ajude. Ajude a Assembléia Legislativa a pensar e a propor soluções para melhorar a vida no litoral.

Muito Obrigado!

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (*Pela Ordem*)

Sr. Presidente, apenas para cumprimentar o Secretário Renato Adur pela sua presença nesta Casa. Nós fizemos um acordo com o Líder Dobrandino, até para dar uma demonstração que a Oposição não é tão radical assim, quando a questão é relevante, nós sabemos entender.

Então, cumprimento o Secretário Renato Adur e desejo sucesso a V. Exa. à frente dessa tão importante Pasta.

Obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (*Hermas Brandão*)

Com a palavra o nosso Secretário Renato Adur, nosso ex-Deputado, ex-colega, nosso amigo.

### ***Sr. Renato Adur (Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano)***

#### O SR. RENATO ADUR

Quero agradecer a S. Exa., o Presidente Hermas Brandão, à Mesa Diretora desta Casa, Srs. Parlamentares e, em especial, o convite formulado pelo Exmo. Sr. Deputado Vanhoni para que viéssemos, hoje, fazer um esclarecimento sobre o litoral.

A nossa diretoria já havia solicitado à Casa a possibilidade de fazermos uma apresentação sobre um projeto que estamos desenvolvendo na Secretaria que é um projeto de formação de líderes públicos no Estado do Paraná. Então, gostaria de pedir licença ao Presidente para que possamos fazer a apresentação do programa dos líderes públicos primeiro, para conhecimento do Srs. Parlamentares e, após isso, nós faríamos a apresentação da situação atual, o que o Governo do Estado vem desenvolvendo em todo o litoral do Estado do Paraná.

Quero agradecer o convite e dizer a essa Presidência e aos Srs. Parlamentares que nós na Secretaria de Desenvolvimento Urbano estamos a serviço do Estado do Paraná, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Para nós é uma satisfação muito grande, tanto para mim, quanto para o meu Superintendente Executivo, Sr. Forte Neto; quanto para o meu Diretor-Geral Wilson Hipski e

toda a minha diretoria, toda nossa equipe, prestar todo e qualquer esclarecimento, em qualquer hora ou tempo que for necessário.

A nossa Secretaria está aberta e, eu sempre digo: Deputado que marca audiência na minha Secretaria não é recebido, porque Deputado não precisa marcar audiência conosco, ele tem entrada livre e franca. Estamos lá para atender e trabalhar. Portanto, Deputado Vanhoni, essa oportunidade para nós vale ouro e gostaria de aproveitar bem esse tempo para apresentar algumas coisas que estamos fazendo nessa questão de formação de líderes públicos, mesmo porque se fôssemos apresentar o trabalho todo que estamos fazendo, precisaríamos de dois ou três grandes expedientes nesta Casa.

Objetivamente falaremos sobre esse programa de líderes que reputo da maior importância, visto que cada Parlamentar tem a sua Base de apoio e o Paraná todo, os 399 Municípios do Estado estão representados, hoje, nesta Casa. O nosso trabalho se estende, indistintamente, a todos os municípios do Paraná, a todos os Prefeitos, Vereadores, Vice-Prefeitos, esse trabalho de formação de liderança. Por que é que estamos fazendo isso?

Já fizemos no ano anterior, 2003 para 2004, a primeira versão foi um sucesso absoluto. O que nós queremos com isso?

O Governador do Estado, Roberto Requião, quando nos convidou para assumir a Secretaria, disse que gostaria que tivéssemos uma equipe tecnicamente preparada para desenvolver o trabalho e que procurássemos, através da Secretaria, preparar os técnicos e líderes dos municípios para que o nível fosse um pouco mais alto, pudéssemos nivelar por cima toda atuação política no Estado do Paraná, independentemente de que Partido fosse o Líder que estava à frente daquele município, e assim estamos fazendo.

Estamos trabalhando para o Estado como um todo. O resultado é bom para todos nós. Eu acho que a preparação do cidadão é fundamental para o exercício de qualquer atividade humana, seja a função mais simples até a mais sofisticada. A preparação do cidadão é de fundamental importância.

A nossa Secretaria que tem o PARANACIDADE, que veio substituindo a antiga FAMEPAR, tem também como escopo na sua estrutura esse trabalho de capacitação. Os nossos técnicos desenvolvem esse tipo de trabalho e tem sido fundamental.

O programa de estudos avançados objetiva em caráter permanente estimular, preparar os gestores públicos para atuarem praticamente como estrategistas e articuladores, dentro da sua área de ação, do seu universo, do seu município e do nível estadual. Trabalhamos com a orientação, para que utilizem ferramentas gerenciais, como planejamento estratégico e os planos diretores municipais.

Através desses trabalhos vamos procurando convencer o prefeito a ter um grau de convencimento do Vice-Prefeito, dos Secretários municipais, da importância

de você procurar um planejamento na sua cidade. Como você vai gerir uma cidade a partir de um planejamento? O Prefeito não precisa necessariamente ser um urbanista, um técnico, para administrar a sua Prefeitura. Ele precisa ter voto para ser o Prefeito. A partir daí, ele precisa se cercar de certos instrumentos. O Governo do Estado está procurando fazer a sua parte, levando esses instrumentos através da conscientização.

O Governador Requião assinou um decreto no ano passado, determinando que todos os municípios deveriam ter um plano diretor. Nós, esquecendo o decreto anteriormente, por orientação do Governador, procuramos trabalhar com esses Prefeitos, no sistema de conscientização, do diálogo, do convencimento e o resultado foi fantástico. O decreto do Governador foi apenas para legitimar uma ação que vínhamos desenvolvendo com sucesso junto a essas prefeituras. Os planos diretores são fundamentais para que o município se prepare para o crescimento.

O estatuto da cidade determina que o município com mais de vinte mil habitantes tem a obrigatoriedade de um plano diretor. Procuramos estender a todos os municípios do Estado, com mil, dois mil, três mil, cinco mil habitantes. Porque o município precisa ficar preparado para o seu credenciamento. A exemplo disso temos bem próximo de nós, a cidade de Fazenda Rio Grande, que foi criada no tempo em que o Deputado Cartário foi Prefeito de Mandirituba, que de uma hora para outra recebeu uma explosão demográfica. Hoje é um dos municípios que mais crescem no Estado do Paraná e no Brasil. Um município que tem “bola de cristal”. Não se prevê quando vem o crescimento desse município. O planejamento, o direcionamento das ações, para que o município cresça ordenadamente, é fundamental para que possamos executar obras de infra-estrutura, em locais apropriados e não tenhamos que amanhã ou depois substituir ações ou criar opções, que não são muito confortáveis para o desenvolvimento do município. Esse é um dos itens desenvolvidos no nosso programa de líderes públicos.

O resultado que esperamos para este ano de 2005 e para 2006, com esse curso de líderes públicos, implementar planos diretores em 100% dos municípios participantes. A nossa idéia é que até o final do ano que vem, o Paraná seja exemplo para o Brasil e para muitos países e que as suas unidades municipais tenham em quase a sua totalidade, os seus planos de desenvolvimento, os seus planos diretores e os seus planos de execução, independentemente do seu tamanho. É uma meta e já atingimos quase 50% e estamos indo agora na luta dos 75% para obtermos esse objetivo.

Contribuir para melhoria do índice de desenvolvimento humano, o IDH em cada município. Todos nós sabemos o que está acontecendo no Paraná, temos determinadas regiões e os Parlamentares lutam e sabem, porque estão no dia-a-dia nos seus municípios, que as dificuldades são imensas, os problemas são graves e há necessidade de um apoio do Governo. Tem que se

fazer um planejamento para que possamos desenvolver ações mais concretas com resultados mais objetivos.

Contribuir para criação de ambiente favorável à criação e sobrevivência do desenvolvimento das micro-empresas. O Governador Requião, na primeira medida do nosso Secretário Heron Arzua, definiu claramente a posição do Governo em relação à micro e pequenas empresas e o resultado já estamos tendo em todas as regiões que vamos, onde a micro e a pequena empresa que deixou de pagar o ICMS, passou a contratar um ou dois funcionários ou passou a melhorar a sua situação.

Desenvolver um espírito de liderança, gestão democrática e a postura de um estadista municipal. Nós queremos governantes com decisões e posições claras sobre o que querem de melhor para sua comunidade. Isso é fundamental e você concebe essas concepções através da discussão com as comunidades, com as suas lideranças, em razão das necessidades no seu município.

As temáticas específicas da edição de 2005 são: I) gestão estratégica, inovadora e social; II) planejamento municipal; III) desenvolvimento regional sustentado e pequenos negócios e; IV) avaliação da gestão, através de oficinas de trabalho. Nós fazemos esse programa de líderes públicos, um sistema de oficinas de trabalho com os Prefeitos, com as lideranças, com os Vice-Prefeitos em um programa em que nós envolvemos não só o Governo do Estado do Paraná, mas a Associação dos Municípios do Paraná. O SEBRAE tem um papel fundamental nesse trabalho, muitas vezes chamamos as universidades a participarem conosco e também a Secretaria do Planejamento do Estado, além do nosso PARANACIDADE e a Secretaria do Desenvolvimento Urbano. Trabalhamos em comum acordo em um programa efetivo de crescimento do cidadão, visando prepará-lo para o exercício do mandato da função que ele está desempenhando no atual momento.

A metodologia desse curso de líderes públicos foi desenvolvida através de seis encontros estaduais, que vão de maio deste ano até abril do ano de 2006. Com trabalhos vivenciais, uma coisa extraordinária e muitos de nossos participantes jamais haviam vivenciado uma situação dessas: exercícios práticos, estudos de casos concretos, explanações conceituais, conferências, trocas de experiências, exposição de serviços e produtos e rodada de negociações entre os municípios participantes. E ele culmina com uma missão técnica internacional: conhecer experiências bem sucedidas na Espanha e na França.

Na versão anterior, no primeiro curso, foi coordenando a equipe o Dr. Forte Neto - nós não tivemos condições, na época, de irmos - foram até a Itália, em um trabalho extraordinário e que também o Deputado Elton Welter se fez presente naquela viagem e pode dar o seu testemunho do resultado que obtivemos naquela primeira versão. Este ano estão programados também para a Espanha e para a França esses trabalhos que ocorrem um mês antes do encerramento.

Temos um portal da capacitação dos programas de líderes públicos. Existe um portal que está à disposição de todos aqueles que queiram se interar mais ou ter maior profundidade sobre seus temas e seus assuntos.

A programação para 2005. Nós temos o primeiro encontro agora, dia 18 a 20 de maio em Curitiba, no auditório do EXPOTRADE.

O segundo vai ser em julho em Maringá ou Londrina, o terceiro em outubro que deve ser no litoral do Paraná, Paranaguá ou Pontal, e o quarto encontro no mês de dezembro de 2005 em Foz do Iguaçu, o quinto será em Faxinal do Céu, Londrina ou Maringá. Nós, de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos, vamos definindo. Antes do sexto, temos a Missão Internacional de 15 a 28 de março de 2006, na Espanha e França, e o encerramento desse trabalho será no mês de abril de 2006.

Acho fundamental que a assessoria dos Parlamentares que tem interesse em nos procurar, estaremos encaminhando a cada Parlamentar e é fundamental o apoio dos Parlamentares, orientando também os seus Prefeitos do interior para que ingressem neste projeto. Já tivemos nas versões anteriores, essa programação.

Tivemos em 2003/2004 o primeiro curso de Planejamento Estratégico; tivemos seis encontros com uma média de 220 participantes. Foi um sucesso absoluto, mesmo porque ele define qual o tipo de líder que pode se inscrever. Não é qualquer um. Estamos direcionando para aqueles cidadãos que estão no exercício do mandato, estão à frente de situações claras nos seus municípios, como Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras, porque esta é a camada, este é o público que temos interesse em atingir, para termos um diálogo mais direto, uma preparação melhor dessas lideranças nas suas ações.

No encontro que fizemos em Foz do Iguaçu, em dezembro de 2004, na primeira apresentação aos Prefeitos e Prefeitas do Paraná, tivemos seiscentos participantes, com 320 municípios sendo representados. E a nossa versão para 2005/2006, temos já seiscentos participantes inscritos, com 350 municípios representados. O trabalho está praticamente encerrado e temos mais algumas vagas ainda que estão à disposição, mas já praticamente definido esse novo grupo.

Acho importante a participação dos Parlamentares e queremos formular um convite, até para que conheçam o que está sendo realizado e o que já foi feito, e o testemunhal dos que já participaram comprova a eficácia dessa ação desenvolvida pelo SEBRAE, Associação dos Municípios, a nossa Secretaria e o PARANACIDADE.

Esta era a apresentação que tínhamos na questão dos líderes públicos. Acho isto de fundamental importância, porque não é só construir uma obra no município, não é só edificar um prédio, uma escola ou fazer uma pavimentação de rua. Temos que preparar as pessoas para que elas realmente tenham a conscientização da aplicação correta do recurso público nas ações de seus municípios, aonde requer dinheiro que advém dos impostos do cidadão. Acho que o respeito a este dinheiro, o respeito a

isso é fundamental naquele que está no comando de uma Pasta, seja ela municipal, estadual ou federal.

Agora, vamos para a segunda etapa: questão do litoral do Estado do Paraná. Nós, quando assumimos a Secretaria, procuramos fazer uma avaliação, Dr. Forte Neto, nossa equipe toda procurou fazer uma avaliação da questão do litoral. O Governador Requião, em primeiro lugar, deixou claro que a preservação ambiental é o maior patrimônio que teremos para a nossa gente, que vem anualmente desfrutar do seu veraneio no litoral paranaense e que todo o cuidado nas ações de infra-estrutura que pudéssemos fazer no município seria pouco para atender a demanda que vem nos anos futuros. Sempre tivemos o apoio das Lideranças, dos Prefeitos, dos Deputados da região, dos Vice-Prefeitos, dos Vereadores, porque todo mundo quer o bem do nosso litoral.

Agora, as ações têm que ser feitas com um certo planejamento, com certas posições. Temos hoje a Secretaria do Meio Ambiente que desenvolve um trabalho sério, no litoral. A Secretaria dos Transportes, a SANE-PAR que está desenvolvendo o programa PARANASAN em toda região, foi retomado todo aquele trabalho.

E temos a ação da nossa Secretaria mais voltada ao desenvolvimento dos municípios, além do trabalho que a Superintendência do Porto também vem desenvolvendo. Começamos nosso trabalho por Paranaguá, já nos idos de 2003, quando buscamos, através de reuniões com o Prefeito Mário Roque - na época - o Deputado Leite - aqui presente, também participou bem como outras lideranças - e iniciamos nosso trabalho em Paranaguá de edificação, estruturação de algumas obras necessárias para o município. Paranaguá tinha um problema sério, ainda tem, na questão do atendimento à Saúde. A Santa Casa tinha certos problemas em Paranaguá, a condição de estrutura física da Santa Casa era complicada e na época já se projetou, através de um grupo de trabalho nosso, construirmos, em parceria com o município, um novo hospital para Paranaguá.

Paranaguá não tinha também - como não tem - cinema. Tínhamos um prédio antigo onde foi definido a criação do Cine-Teatro de Paranaguá, que também teve a aprovação da comunidade.

A questão do mercado do peixe, em Paranaguá, na geração e atendimentos aos pescadores: após um estudo foi definido que construiríamos também o mercado do peixe, além de escolas e tudo mais.

O plano diretor de Paranaguá foi feito uma análise pela nossa equipe, Dr. Fortes se fez presente, coordenando, foi dada uma orientação para se fazer uma reformulação do plano diretor de Paranaguá. Não foi feito na época, mas agora o Prefeito atual, a nova gestão está providenciando a sua reformulação.

Pontal do Paraná: logo de início o fluxo de Praia de Leste até Pontal do Sul, não tinha acostamento, fizemos o apelo ao Governador Requião que autorizou de imediato, a licitação dessas obras. O acostamento vai desde Praia de Leste até a cidade de Pontal do Sul. Esse trabalho já

foi autorizado, foi iniciada a licitação, e estão em execução essas obras. O Dr. Fortes e o atual Prefeito de Pontal definiram e vamos fazer uma compatibilização das ações em Pontal do Paraná.

Matinhos: iniciamos um trabalho, depois ele foi interrompido e o estamos reiniciando.

Guaratuba e Guaraqueçaba: também vou falar mais à frente.

Temos Antonina, Município com vinte mil habitantes; Guaraqueçaba com 8.277...

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Secretário, desculpe interrompê-lo, mas não temos ainda nenhum plano diretor realizado a contento em nenhum Município do litoral? É esta a informação?

O SR. RENATO ADUR

Não, o plano diretor de Paranaguá já existia...

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Já existia e era um plano deficitário.

O SR. RENATO ADUR

Deficitário e agora está sendo feito.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Não sabia disso, mas é boa a notícia que o senhor me traz. E nos outros municípios, tem plano diretor?

O SR. RENATO ADUR

Pontal do Paraná: terminamos o plano diretor em 2004, o Prefeito que assumiu fez alguns questionamentos. O Dr. Forte e a nossa equipe estiveram conversando conosco e está sendo reajustado o plano e o Prefeito tinha razão. Porque um dos motivos do plano diretor de Pontal é que Pontal do Paraná, é uma situação "suigeneris", porque começa na região de Praia de Leste e vai até o Ponta do Sul. A sede do Município estava definindo um setor, hoje está num local e Câmara de Vereadores em outro.

A administração atual entende que Pontal do Sul tem que ter um centro cívico, um local apropriado que contemple a todas as ações do Município, todas as áreas em um acesso mais fácil. Então, nesta reformulação do Plano que está pronto e foi coordenado pela nossa Secretaria está sendo reajustado para que tenhamos um centro cívico próximo do centro do Município e mais algumas ações de infra-estrutura em razão da possibilidade de termos um porto futuro em Pontal do Sul. Paranaguá está em reformulação.

Morretes está aguardando a definição da sua capacidade de endividamento que está saindo agora nesses dias. Tinham problemas no Tribunal de Contas da gestão anterior e o Prefeito ficou três ou quatro anos com dificuldades para poder atender essas questões. Agora estão sendo definidos e o item número 1 deles é o seu plano diretor.

Guaratuba nós já tivemos contato com o pessoal e eles estão elaborando o seu trabalho e o seu plano, estão dentro dos nossos financiamentos.

Guaraqueçaba o Governador autorizou a elaboração do plano diretor pela nossa Secretaria. E ele quer uma reestruturação total da cidade. Inclusive toda aquela frente de Guaraqueçaba, a revitalização, não só do plano diretor, mas obras de revitalização total de Guaraqueçaba, que é para nós uma riqueza extraordinária. E isso está sendo providenciado com uma certa urgência. A questão do acesso a Guaraqueçaba e a Antonina ou a Curitiba não há intenção do Governo atual de fazer a pavimentação daquela rodovia, mesmo porque, lá é um recanto e há um entendimento de que se facilitarmos muito o acesso podemos criar algum problema. Mas vamos melhorar as condições de tráfego daquela estrada.

Nas seis comunidades que têm ao longo de Guaraqueçaba até Antonina estaremos fazendo uma urbanização na faixa das casas que existem à beira daquela rodovia. Então, vamos ter melhorias. O Hospital de Guaraqueçaba vai-se começar a construção. O sistema de água e esgoto também está sendo concluído. E a revitalização da cidade foi autorizada pelo Governador agora há um mês atrás, juntamente com o plano diretor emergencial bancado pelo Governo do Estado.

As características da região, entendemos e isso é um consenso, um potencial de desenvolvimento turístico dessa região do nosso litoral. Remanescentes da Mata Atlântica, que acho que é o nosso maior patrimônio e Superagüi. Ambos tombados pelo patrimônio universal da humanidade.

E as atividades econômicas: temos atividade portuária em Paranaguá e Antonina, turismo e agricultura em menor escala. Mas se engana aquele que pensa que não tem atividade agrícola na região. Temos uma atividade bastante intensa, acho que temos que ter uma atenção melhor também nessas questões. E a agropecuária também em baixa escala, mas deve ser atendida. E a baixa atividade econômica na maior parte do ano, gerando a infra-estrutura ociosa dos períodos entre as temporadas. Esta baixa atividade, Deputado Vanhoni, foi que levou o Governo do Estado a intervir na questão da Universidade do Litoral. Esse trabalho com o Governo Federal e o Governo do Estado desenvolvido pelo Paraná pela Secretaria da Ciência e Tecnologia, tem como objetivo utilizar esse espaço ocioso nos períodos de março, abril, até o mês de novembro e desenvolver na região, um grande pólo educacional, trazendo esses estudantes para a região e no período de férias teremos o período da ocupação, com as férias e com o período da temporada. O objetivo do Governo é compatibilizar isso que aliás, já era uma reivindicação antiga. Eu me lembro do Deputado Nelson Justus que já falava isso quando eu era Deputado, eu vi o Deputado Leite comentando essas questões. V. Exa. mesmo sempre defendeu essas idéias e eu acho que isso é a compatibilização de uma ação integrada de desenvolvimento da região.

Nossa equipe está trabalhando com o plano de desenvolvimento regional.

Nós aprovamos no início deste ano, em fevereiro, conseguimos o recurso para elaboração dos planos de desenvolvimento regional do Estado do Paraná. Foi dividido em dez regiões, desde o PDU para o Estado e o litoral do Paraná e o corredor do Iguaçu, ao longo do Rio Iguaçu, estão dentro deste plano de desenvolvimento sustentável, abrangendo mais a questão turística no Estado do Paraná e a nossa equipe, coordenada pelo nosso superintendente executivo, iniciou o trabalho desse plano de desenvolvimento.

Queremos nos colocar às disposição dos Parlamentares que tenham acesso a esse trabalho que está sendo desenvolvido agora. Faremos junto com o IPARDES e com as universidades.

Este é o plano global da região que vai atender e contemplar a todos esses municípios integradamente, além dos planos individuais de cada município, nós temos esse plano regional sustentável que está sendo iniciado agora. A previsão de conclusão desse trabalho é até maio de 2006. Então a nossa equipe técnica entende do assunto, está desenvolvendo esse trabalho para que tenhamos no litoral esse plano regional de desenvolvimento sustentável, além dos demais itens.

O elenco de projetos que nós temos para financiamento nesses municípios do litoral: desde o fortalecimento institucional do município, com os planos diretores, planos de uso e ocupação de solo, cadastro técnico e imobiliário (que no litoral isso é fundamental), a questão do cadastramento técnico no litoral, em todos os municípios, representa, desde que bem feito e bem aplicado, 30, 35% da arrecadação orçamentária anual do seu município e o município que vacila nessa questão tem prejuízos sérios lá na frente, porque depois não consegue atender à demanda no período de temporada ou coisa parecida.

A nossa Secretaria está aparelhada hoje para dar todo esse suporte e temos também os recursos para o financiamento desses trabalhos nos municípios, além da planta genérica.

Infra-estrutura: nós temos ações de apoio a todas as atividades geradoras de empregos; barracões industriais, financiamento de equipamentos para isso, além de outras obras. Iluminação pública, sistema viário, pavimentação asfáltica com pedras, recap e sinalização.

Neste caso, por exemplo, de Pontal do Paraná, com o DER vem desenvolvendo esse trabalho de melhoria da pista que já deu uma outra visão para esse acesso nessa faixa litorânea, a Prefeitura de Paranaguá, junto com a nossa equipe, na rótulas que teremos, quatro ou cinco rótulas ao longo dessa rodovia, que dão acesso às praias, específicas de Santa Teresinha, Pontal, Ipanema e outras praias. Nós já estamos financiando à Prefeitura obras de infra-estrutura ao longo dessa via de acesso.

Então nós teremos uma integração entre a rodovia estadual com a avenida do município urbanizada, com

calçadas, passeios, arborização, um acesso bem tranquilo a cada praia. É uma infra-estrutura que vai dar uma outra cara para essa região.

Ontem mesmo eu conversava com o Dr. Tizzot, do DER e o Secretário Waldyr Pugliesi e nós estamos conseguindo com eles também que ao longo da rodovia, o DER também está estudando a possibilidade de colocarmos um meio fio ao lado do acostamento.

Nós poderemos fazer toda a urbanização ao lado dessa rodovia, dando uma feição de uma grande avenida de praticamente dez ou onze quilômetros e que visa mudar a feição desse trabalho lá no litoral.

Outras obras de controle de meio ambiente, parques, pré-parques. Nós estamos desenvolvendo um trabalho de parque na cidade de Antonina, Morretes, também está desenvolvendo um grande projeto.

Gestão de resíduo sólido, outro problema sério também no litoral, que está sendo trabalhado pelas Secretarias competentes. Saneamento o PARANASAN e as demais ações de saúde, educação e tudo o mais.

Os projetos concluídos em execução de 2003 na cidade de Paranaguá. Nós temos aqui, o plano de desenvolvimento regional integrado que está sendo desenvolvido. O plano diretor da Ilha do Mel, que nós concluímos no final do ano passado e as obras dos municípios de Paranaguá.

O novo Mercado Municipal, o Mercado do Peixe, com o investimento na ordem de dias milhões e duzentos mil reais, cine-teatro de dois milhão e meio. Equipamentos do cine-teatro com o valor de cento e quarenta e cinco mil. Unidade hospitalar com capacidade de sessenta leitos na primeira etapa e não sei se oito ou nove UTIs. Posto de Saúde de apoio social na Ilha do Mel. Municípios de Guaraqueçaba: pavimentação de vias urbanas na ordem de quatrocentos e oitenta e nove mil reais, que já fizemos uma licitação, foi cancelada e foi feita uma nova, temos mais projetos para desenvolver na frente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Secretário: essa unidade hospitalar, a referência é a aquisição da Santa Casa ou é outro hospital?

O SR. RENATO ADUR

Não, a Santa Casa foi assumida pela Secretaria da Saúde com o investimento do Estado e, não tem nada a ver com essa outra unidade.

Essa outra unidade será municipal com financiamento da nossa Secretaria e já está numa fase bem adiantada, essa ficará na Vila Samambaia.

Nós temos a posição atual do Mercado Municipal de Paranaguá, uma área de quatro mil e duzentos e sessenta e quatro metros quadrados, que houve uma certa interrupção no final do ano passado. O Prefeito atual manifestou todo o interesse na continuidade e na conclusão dessa obra, o Governador Requião determinou que nós terminássemos o quanto antes. Estivemos lá com Parlamentares, o Deputado Leite estava presente, na última

reunião, com as empresas e a obra está na fase final. Vamos ver se inauguramos dentro de sessenta ou noventa dias.

A outra obra é o Cine-Teatro Municipal de Parana-guá, área de um mil e oitocentos metros quadrados, um prédio muito bonito, acho que à altura de sua gente, uma obra para representações teatrais. Não existe um cinema em Parana-guá. Essa é uma obra muito bonita.

A unidade hospitalar, na Vila Jardim Samambaia, é uma obra muito bem feita e são sessenta leitos na primeira etapa. Há um erro, são sessenta leitos. São 2.400m . Também já está em fase final. Só para falar do cine-teatro, já autorizamos a compra dos equipamentos e dos mobiliários. Esta é a unidade hospitalar de Parana-guá.

Este é o posto de saúde entregue o ano passado, na localidade de Nova Brasília, na Ilha do Mel, com área de 287m .

Na cidade de Guaraqueçaba foi autorizada a licitação da pavimentação em lajota pré-moldada, de concreto, dessas avenidas. A licitação foi anulada e nós estamos fazendo uma nova licitação. Então, além dessas ruas, 5.377m ,nós já estamos providenciando todo o programa de revitalização da cidade, na frente da cidade de Parana-guá, aquela praça, aquele mercado, aqueles prédios antigos muito bonitos, que estão praticamente deteriorados, a determinação do Governador é que revitalizemos tudo aquilo, realmente dê uma vida à cidade de Parana-guá e criemos uma infra-estrutura na cidade. Já está determinada a construção e também já há a verba na Secretaria da Saúde, já tem o terreno definido e está em processo de execução.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O hospital é em Guaraqueçaba, também?

O SR. RENATO ADUR

Desculpe, eu misturei. Tem em Parana-guá e em Guaraqueçaba. Porque a população daquela região tem dificuldade de acesso. Se uma senhora tem problema sério, para sair de Guaraqueçaba a Parana-guá - o Deputado Vanhoni sabe bem - com tempo ruim, pelo mar não chega. Por terra, não chega também. Então, há necessidade disso e o Governador determinou que nós fizéssemos. E o Secretário da Saúde já está com ação bem adiantada.

A nossa equipe também esteve lá e voltará nos próximos dias, por causa da questão da infra-estrutura da cidade, das ruas. Guaraqueçaba tem o problema das chuvas. As ruas, para ter uma outra formatação, outro sistema de drenagem, tem que ter um trabalho diferenciado. Isso está sendo elaborado, dentro do nosso plano diretor, tudo vai ser resolvido.

Morretes: nós temos o plano diretor, que está sendo providenciado, todo um programa de pavimentação e também o paço municipal, a Prefeitura Municipal.

Pontal do Paraná: a urbanização dos acessos às praias, como já falei, através daquelas rótulas, partindo

das rótulas do DER e de Praia de Leste até Shangrilá, passando por Santa Teresinha, e Ipanema.

Guaraqueçaba: o plano diretor de revitalização da entrada da cidade, via oceano, via baía, o mercado municipal e também a pavimentação.

É isto. Essas ações, Deputado Vanhoni, é o que estamos desenvolvendo no litoral do Paraná. E o plano, nós retardamos algumas ações porque nós estávamos aguardando este plano de desenvolvimento regional, que só conseguimos viabilizar no final do ano passado para o começo deste ano, visando uma ação integrada de todos esses municípios do litoral. A orla de Guaratuba, da região de Matinhos, também de Pontal do Paraná e as ações nos municípios de Morretes, Antonina, Guaraqueçaba, que estão dentro deste contexto.

Era o que tínhamos a dizer. Coloco-me à disposição dos Srs. Deputados para responder às perguntas.

### ***Interpelações:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

### ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Peço a palavra para cumprimentar o Secretário Renato Adur pela qualidade e eficiência do seu serviço à frente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Sua equipe técnica tem o arquiteto Forte Neto, que é um arquiteto reconhecido na nossa cidade, na capital do Estado e tem, também, excelentes e valorosos integrantes. Quero lhe cumprimentar e dizer que nosso entendimento é de que a Secretaria está muito bem gerida e à altura da grandeza do Paraná e à altura da idéia de que os municípios precisam ter equidade de tratamento no seu equipamento, no seu desenvolvimento urbano.

Quero fazer um pedido, que o Teatro de Parana-guá de chame Brasília Itiberê, porque o Brasília Itiberê nasceu em Parana-guá, na frente do Rio Itiberê, ali no largo da matriz. Foi o fundador da música nativista brasileira, o melhor pianista no tempo do império, um dos grandes compositores do Brasil que tem nível para ser equiparado ao Linst, ao Chopin, a todos os grandes compositores românticos do século XIX. E seria abominável se Parana-guá fizesse um teatro e não pusesse o nome do Brasília Itiberê.

O SR. RENATO ADUR

Agradeço ao Deputado Rafael Greca, e muito bem lembrado, vou sugerir à nossa assessoria que encaminhe já um ofício à Câmara de Vereadores de Parana-guá, talvez o Deputado da região já pudesse desenvolver esse trabalho para que seja aprovado na Câmara de Vereadores,

uma vez que a obra é municipal, e que possamos contemplar o teatro com o nome de Brasília Itiberê.

## ***Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)***

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero aproveitar esse momento primeiro para cumprimentar o Deputado Ângelo Vanhoni, que teve a felicidade de convidar o nosso Secretário e companheiro, Secretário Renato Adur, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e a sua equipe aqui presente. Dizer que foi extremamente importante, nós já o conhecíamos, e ele goza de um grande conceito nesta Casa por parte dos Deputados.

Até hoje eu não vi nenhuma reclamação de nenhum Deputado pela forma eficiente, e mais que isso, democraticamente atendendo todos os Deputados, todos os Prefeitos do Paraná, independentemente da cor partidária. A sua Secretaria hoje é uma das grandes alavancas do nosso Governador, faz um grande trabalho, por isso eu quero agradecer V. Exa. publicamente, reconhecendo-o pela grandiosidade do seu trabalho o do homem público que é.

Parabéns por ajudar o nosso Governo e muito obrigado por ter vindo aqui, juntamente com a sua equipe.

O SR. RENATO ADUR

Gostaria de fazer um esclarecimento: não sou urbanista, não sou técnico, sou um advogado, um pequeno empresário, e acima de tudo um político. Valho-me hoje de uma equipa extraordinária, a começar pelo Forte Neto, Wilson, Zazá, pela Mírian, Karen, Sávio, o Toledo. Temos uma equipe de técnicos que é elogiável.

Temos hoje uma cultura dentro da SEDU de desenvolvimento municipal, de ações de desenvolvimento municipal que só nos orgulham, a Virgínia, a Maninha, outras colegas que nós temos dentro da Secretaria que só nos dão orgulho. E isso é que dá o fortalecimento da estrutura da equipe, apenas conduzo um processo que na realidade é todo organizado e trabalhado por eles. Acho que a harmonia que temos dentro da equipe é ela que engrandece o trabalho que desenvolvemos. Acho ainda que estamos fazendo pouco, podemos fazer muito mais.

## ***Deputado Ângelo Vanhoni (PT)***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Secretário Renato Adur, não é preciso dizer, mas V. Exa., ex-Deputado que foi, sabe que aqui na Assembleia Legislativa eu poderia afirmar, V. Exa. detém uma boa avaliação dos Secretários do Governo do Estado, acho que é unanimidade na Assembleia Legislativa, pelo reconhecimento do trabalho que a Secretaria do Desen-

volvimento Urbano vem fazendo. O senhor vem conduzindo essa Secretaria com muita sabedoria e com muita abertura para entender os problemas de cada local, de cada região; e conta com uma equipe técnica, do qual o Forte Neto é uma das pessoas mais proeminentes, que nós curitibanos sabemos o valor que esse arquiteto tem para o desenvolvimento urbano do Estado do Paraná. Quero agradecer a presença e as informações trazidas.

Quero dizer que muito precisa ser feito pelo litoral do nosso Estado. Recentemente estive visitando a cidade de Antonina. V. Exa. sabe que não temos tratamento de esgoto em Antonina.

O Governo Federal disponibilizou recursos, as lagoas foram feitas e, no entanto, a obra está parada há anos. E hoje são criados peixes nas lagoas que deveriam estar tratando o esgoto de Antonina.

A cidade de Paranaguá a mesma coisa. Grande parte dos dejetos é jogada no Rio Itiberê.

Gostaria, em uma outra oportunidade, ver algumas questões em relação ao futuro do litoral. Pensar o litoral, e a Secretaria está com toda a razão, essas demandas que dizem respeito à vida do povo do litoral que precisam ser solucionadas de maneira emergencial. Mas temos que pensar o que será do litoral daqui a dez, quinze anos, com o desenvolvimento do Paraná. É possível fazer projeção de quanto de grãos, de produtos estarão sendo escoados pelas estradas e quanto estarão sendo escoados pela via férrea? A nossa estrada de ferro tem mais de cem anos.

A pergunta que deixo para, em outro momento, podermos refletir sobre ela. A possibilidade de Antonina se desenvolver com um porto alternativo com eficácia para complementar o Porto de Paranaguá? É possível ou não? Se possível, é necessário que se faça uma nova estrada ligando Antonina à BR-277, porque aquela estrada não tem o perfil para as carretas.

É possível? Há projetos de uma nova via férrea?

Quanto ao desenvolvimento do Porto de Paranaguá, há possibilidade de sua ampliação? É possível a instalação de um terminal em Pontal do Paraná, mesmo que seja avançando no mar, sem agredir o meio ambiente?

Pensar nesse desenvolvimento todo, preservando o meio ambiente e garantindo a qualidade de vida dos paranaenses é o desafio que está colocado.

Parabéns à Secretaria, vejo que entende as principais matrizes do desenvolvimento do litoral e caminha nesse sentido.

Muito obrigado!

O SR. RENATO ADUR

Agradeço, Deputado Ângelo Vanhoni, e V. Exa. tem toda a razão.

Gostaria de fazer uma colocação, essa sua preocupação macro do litoral é a preocupação da nossa equipe técnica.

Temos tomado todo o cuidado e estamos investindo pesado nesse Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável. A preservação do meio ambiente, porque é

um grande patrimônio que o Paraná tem, que o Brasil tem na nossa Mata Atlântica e nas nossas baías. E, compatibilizando com ação de desenvolvimento, que é o grande corredor de exportação.

Esse plano procurará contemplar todas as questões. Numa das reuniões em Paranaguá, a grande preocupação do crescimento do município é em razão dessas opções que estamos tendo e a nossa equipe quando definiu que há necessidade de uma reformulação completa do plano diretor de Paranaguá é para prevenir e prever essas próximas questões, mas o nosso plano regional deverá contemplar porque aí ela vai fazer a integralização desses municípios.

Se você considerar Pontal do Paraná, Antonina e Paranaguá num movimento para daqui a cinco, dez, quinze ou vinte anos, teremos fatalmente um estrangulamento naquela região. Então, isso tudo está definido. Agora, quero deixar registrada, na questão de Paranaguá, a boa vontade do Prefeito, que sempre está presente nas reuniões que estamos tendo, procurando se integrar a isso e colaborar nesse processo.

Estive pessoalmente com o Prefeito de Antonina e a questão de água e esgoto parecer que é municipal.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

É municipal!

Em Paranaguá é municipal, mas é da iniciativa privada.

O SR. RENATO ADUR

Sim, em Paranaguá está terceirizada.

Então, o que acontece: Morretes está tendo problemas sérios, as casas estão se deteriorando, estão ruindo com as carretas que passam lá. Aquele tráfico é insuficiente e inadequado. Estamos aguardando e é prioridade esse plano para o litoral como um todo para que possamos ter as ações mais emergenciais a esse respeito.

### ***Deputado Nereu Moura (PMDB)***

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu caro amigo Renato Adur.

É redundância o que vou falar, uma vez que o Deputado Ângelo Vanhoni já falou e o nosso Líder, Deputado Dobrandino da Silva também já frisou aqui nossa expressão em relação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. O zelo, a competência de V. Exa. e da sua equipe que assumiu e modernizou aquela Pasta instituindo o plano, fazendo com que o plano diretor fosse, na verdade, obrigação para municípios com mais de vinte mil habitantes, deixando de improvisar e fazendo com que as coisas aconteçam de forma planejada e decidida pela comunidade.

V. Exa., Secretário Renato Adur, engrandece o Governo Requião e mesmo aqui, nesta Casa, que é uma

casa política, onde as idéias divergentes vivem presentes com muita intensidade, percebemos, conversando com as Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que V. Exa. é uma pessoa que tem o carinho, a estima e o respeito de quase que a unanimidade deste Poder pela competência, pela capacidade e pela produção como Secretário. Evidentemente, V. Exa. já realçou isso, que tem uma equipe muito positiva, uma equipe qualificada.

Quero, já reforçando essa expressão, dizer da nossa satisfação de tê-lo como companheiro, tê-lo como membro deste Governo que tem feito um grande avanço pelo Estado do Paraná e muito se deve à participação de V. Exa.

Obrigado, Deputado Adur, pelo trabalho que V. Exa. tem feito e pela vinda do senhor aqui para expor aos Srs. Deputados, atendendo um convite do Deputado Ângelo Vanhoni, em relação aos programas, às políticas que estão sendo planejadas e desenvolvidas para o litoral do Paraná.

O SR. RENATO ADUR

Obrigado!

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Também queria ressaltar a importância desse trabalho. Eu que fui um dos representantes desta Casa, onde participei do desenvolvimento dessa experiência fora do país, como funciona na Europa essa questão do desenvolvimento regional.

Tenho convicção, Secretário Renato Adur, de que o seu trabalho e da sua equipe contribui para o desenvolvimento regional no sentido de otimizar equipamentos, estruturas e, inclusive, recursos humanos. Os recursos são escassos, sabemos dos limites do Estado, agora, todo investimento público tem que ser feito com todo planejamento devido.

Estamos caminhando, Secretário Adur, tem uma nova legislação no Congresso Nacional que está na iminência de estourar aqui, que é a questão que regulamenta definitivamente os consórcios públicos, e a sua tese, o seu trabalho vai contribuir com isso, porque, infelizmente, muitas cidades não têm os técnicos devidos para ajudar em bons projetos e a sua Secretaria contribui sobremaneira sobre essa questão.

Parabéns! É a avaliação deste Deputado.

O SR. RENATO ADUR

Muito obrigado, Deputado.

### ***Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

O SR. CLEITON KIELSE

Um aparte, Secretário Renato Adur.



**(Assentimento)**

Eu queria, não só em nome dos Prefeitos do Paraná, mas em nome de uma legião de seguidores seus, Renato, principalmente de amigos que estão comungando com o seu projeto da Secretaria, lado a lado com o Governo Requião, de modernizar e atualizar os municípios do Paraná. Toda essa linha de conduta que a sua assessoria tem nos dado o prazer diário, até na recíproca que a Assembléia tem dado sustentação também ao Governo, temos o maior programa de investimento urbano pelas suas mãos.

Eu que estou vindo do litoral com a Universidade de Matinhos, que é um parceria viabilizada também junto à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, tenho lá mais cinquenta empresários que querem investir no litoral, a partir da Universidade. São todas as áreas embutidas em um projeto: saúde, habitação, transporte, saneamento. Nós, aqui na Assembléia, temos que aplaudir não só a Secretaria, mas toda a equipe que tem nos dado um respaldo brilhante, de uma assessoria pontual a todos os Prefeitos e orientando-os para que não errem nos seus projetos.

Parabéns, não só pela vinda aqui, á demonstração da parceria que existe entre o Governo do Estado e a Assembléia, mas pela pessoa que V. Exa. é.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Secretário Renato Adur, esta Casa quer agradecer a sua participação na Sessão do dia de hoje, cumprimentá-lo pela explanação, da importância do trabalho que V. Exa. tem realizado frente à Secretaria, bem como de toda a sua equipe técnica e também cumprimentá-lo pelo bom relacionamento que V. Exa. tem tido com os Parlamentares.

***Deputado Waldir Leite (PPS)*****O SR. WALDIR LEITE**

Pela Ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Boa-tarde, meu amigo Renato Adur.

Vou aproveitar a sua presença aqui para tirar algumas dúvidas que ficaram, sabedor da sua preocupação e responsabilidade com o meio ambiente do nosso litoral. Como é em que situação se encontra o plano diretor da Ilha do Mel, já que estamos dependendo desse plano diretor, para efetivamente poder realizar as obras de saneamento que a ilha tanto precisa e o senhor é bastante conhecedor desse problema.

Todos os Deputados têm a mesma preocupação, como o senhor, e seria muito bom que pudéssemos saber, qual a situação daquele plano, uma vez que vemos que muitos problemas têm acontecido, no decorrer da elaboração desse plano.

Hoje qual é a real situação do plano diretor da Ilha do Mel, Secretário?

**O SR. RENATO ADUR**

Agradeço, Deputado, pela pergunta.

Posso dizer que o plano diretor da Ilha do Mel é a “menina dos meus olhos”. Concluimos esse plano no final do ano passado. O objetivo do plano era justamente criar um plano de desenvolvimento sustentável para a Ilha do Mel. Uma localidade que tem 1156 pessoas, 653 lotes, em uma área de mil alqueires, com apenas 2,1% de ocupação. A nossa grande preocupação é a preservação da área ambiental da Ilha do Mel e criar um desenvolvimento sustentável, atendendo às pessoas que lá estão habitando, criando uma condição melhor para receber os turistas do mundo inteiro, que vão em busca daquele recanto, daquele paraíso ecológico. Estamos agora na segunda etapa, discutindo com o Conselho do Litoral - temos a sua aprovação - o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente, o IAP, a SANEPAR e a Procuradoria Geral do Estado, definindo as condições maiores, para que seja levado ao Governador do Estado.

Acredito que teremos isso em breve para análise, apreciação e a decisão final de S. Exa, o Governador do Estado.

Acredito que isso, sendo definido pelo Governo do Estado, teremos em um trabalho concomitante com o Município de Paranaguá, respeitando naturalmente os interesses de cada setor, podermos compatibilizar uma grande ação de desenvolvimento sustentável. O plano diretor está pronto e estamos definindo alguns detalhes para ser apresentado ao Governador do Estado.

**O SR. WALDIR LEITE (PPS)**

Então, podemos dizer que estamos na dependência da Procuradoria Geral do Estado para complementar?

**O SR. RENATO ADUR**

O Procurador Sérgio Botto de Lacerda, há duas semanas pediu novamente que encaminhássemos a ele, porque ele recebeu apenas o material impresso. Ele pediu que fosse mandado para ele em CD-ROM para que pudesse fazer algumas reformulações e considerações. Está em análise da PGE e acredito que logo teremos algum posicionamento, para daí encaminharmos a S. Exa, o Governador.

**O SR. WALDIR LEITE (PPS)**

Fico grato pela resposta e agora, na verdade, vou lhe fazer um pedido. Depois de todas as explanações que o senhor fez hoje, nem precisaria para saber da sua responsabilidade com o planejamento, com a organização e com o desenvolvimento do Estado do Paraná, integrando e interagindo todas as suas áreas e todas as suas microrregiões. Hoje nós sabemos das dificuldades de financiamento, das dificuldades de recursos que o Estado tem, que os Municípios têm.

Nós sabemos em Paranaguá que o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes, fez a pavimentação de aproximadamente 25 quilômetros em vias

em concreto na cidade de Paranguá, Infelizmente - o meu pedido vai nessa direção - o Município de Paranguá não foi respeitado e nem ao menos consultado no planejamento, a Prefeitura não teve nenhuma participação na aprovação desses projetos que foram feitos, que foram construídos em vias urbanas.

Gostaria de pedir a sua ajuda, a sua colaboração também junto à Secretaria dos Transportes, que respeitasse o Município e respeitasse da melhor maneira possível. O senhor, como amigo do litoral e amigo de Paranguá, pode nos dar uma grande força no sentido que a Secretaria dos Transportes devolva ao Município de Paranguá aproximadamente três mil e quinhentos milheiros de paralelepípedos que foram retirados pelo Porto de Paranguá e até agora não foram devolvidos a seu legítimo dono, que é a Prefeitura. E esses três mil e quinhentos milheiros de pedras, que são três milhões e meio de paralelepípedos, dá para pavimentar muita coisa, muitos bairros que o senhor conhece e que hoje estão sem nenhum tipo de pavimentação e a Prefeitura não tem recursos suficientes para tais demandas.

Então, gostaria de fazer um pedido ao senhor para que ajude o Município de Paranguá, ajude o nosso Prefeito, que também é seu amigo, para que possamos recuperar o que é de direito de Paranguá.

Seria isso, Sr. Secretário!

O SR. RENATO ADUR

Agradeço, Deputado Leite! Sei da sua preocupação com o litoral e a questão da Secretaria do DER não é uma Pasta que pertence a mim.

Vi que a sua colocação é no sentido de um pedido, mas como Parlamentar acho que V. Exa. poderia encaminhar um expediente ao DER.

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

Sr. Secretário, já o fiz, mas ainda não tive resposta e nem o Município de Paranguá teve. Por isso que pedi a sua intervenção, sabendo do seu companheirismo conosco e com a nossa cidade.

Seria isso e obrigado!

O SR. RENATO ADUR

Essa questão demonstra claramente, e aí está comprovado a importância de ter um planejamento. Se tivéssemos aprovado já o plano diretor de Paranguá e estabelecidas essas questões, com certeza teríamos evitado isso. Mas, não adianta chorar o leite derramado! Vamos olhar para frente, vamos seguir e concretizar esse trabalho que o Prefeito atual, inclusive, tem essa boa vontade de realizar.

Com emergência o plano de Paranguá é o que mais precisa em toda região e vamos tentar colaborar onde for possível.

Muito obrigado!

## O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, apenas queria, se há ainda oportunidade, fazer uma indagação ao Sr. Secretário. Rápido.

A única pergunta que faço a V. Exa, nós sabemos que ao longo do tempo e dos governos que passaram pelo Paraná, todos eles tinham um programa voltado para os municípios, como esse programa que V. Exa. dirige. Desde o tempo do Governador José Richa, lembro-me que eu era Prefeito e tinha o PRAN, senão me falha a memória, e todos nós sabemos que este é um programa que também se finda dentro de um determinado tempo.

Gostaria de perguntar a V. Exa. se a Secretaria já está trabalhando na elaboração de um novo programa para ser aprovado junto aos organismos internacionais.

O SR. RENATO ADUR

Perfeitamente Deputado, este programa finda no ano de 2006 e nós recebemos na semana retrasada uma missão do BID, Dr. Ricardo Ried e a Dra. Patrícia, e já a nossa equipe está iniciando novo processo de negociação com o BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que possamos dar continuidade aos programas lá na frente.

Entretanto, nós só questionamos o BID, aproveitando a oportunidade, que no último programa que nós tivemos tinha uma verba de cinco milhões de reais, num programa de cinco milhões de dólares, num programa de 166 milhões de dólares, que era destinado à consultoria. E nós revertemos esse quadro para que esse recurso nós pudéssemos utilizar em obras sociais ao invés de pagarmos consultoria e eles nos autorizaram neste modelo que nós pudéssemos fazer um trabalho de recuperação, reurbanização, e o que estamos fazendo na Vila Zumbi aqui em Curitiba, estamos fazendo um plano piloto de desfavelamento em algumas cidades do Paraná.

É dentro deste novo modelo, a partir de 2007, nós só estamos vendo se o BID pode manter a mesma linha aprovada por eles neste programa atual, mas já está em andamento, Deputado Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa agradece, mais uma vez.

Parabéns pelo seu trabalho e pela sua explanação.

(Suspensa a Sessão por cinco minutos)

Está reaberta a Sessão.

Tendo os Parlamentares que estavam inscritos no pequeno Expediente, no entendimento de que ainda teremos outra Sessão, abriram mão de usar o Pequeno Expediente.

Passamos para o Horário das Lideranças.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Questão de Ordem)**

Com amparo no artigo 104 do Regimento Interno, gostaria de fazer uma questão de ordem no intuito de rever a decisão de V. Exa. proferida na Sessão do dia de ontem.

Sr. Presidente, nós, conforme colocamos a V. Exa, fomos buscar no Regimento Interno e na Constituição Federal, na verdade um amparo para que nós possamos rever a decisão de V. Exa.

**(Lê):**

*O Projeto de Lei Complementar nº 485/2004, oriundo da Mensagem nº 37/2004, recebeu emendas de Comissão e de Plenário, dentre as quais algumas foram aprovadas e, conseqüentemente, compatibilizadas ao texto do projeto. Imperioso, portanto, que este fosse votado em Redação Final, observando-se o devido procedimento legal.*

*Convém observar que a matéria, tendo cumprido o rito previsto nos artigos 142 a 146 do Regimento Interno, foi tida como definitivamente aprovada.*

*O artigo 147 do regimento Interno determina que:*

*“Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas para a Comissão de redação, após elaboração na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando na Ordem do Dia, a fim de ser discutida, imediatamente, a redação final.”*

*Ora, o projeto, com as respectivas emendas, foi aprovado e remetido à Comissão de Redação, para elaboração da redação final, nos termos regimentais. Cumprida esta etapa, depara-se com matéria **aprovada, vencida**, não cabendo mais nenhuma alteração, nem pela referida Comissão, exceto eventuais correções formais previstas regimentalmente, nem mesmo pelo Plenário, por tratar-se de matéria já vencida.*

*Na Sessão Plenária de ontem, o projeto voltou apenas para efeito de votação da redação final, eis que o conteúdo da matéria já havia sido definitivamente aprovado em 1ª, 2ª e 3ª discussões **com o devido quórum legal**. Assim sendo, jamais poderia ter sido rejeitado o projeto na sua íntegra, ou seja, rejeitada matéria anteriormente aprovada.*

*Considerando o exposto, não resta sombra de dúvida que a votação do projeto na Sessão de ontem foi, apenas, de redação final, isto é, não poderia ter sido votado o mérito da matéria, pois este já havia sido provado.*

*Se eventualmente há discordância quando à redação final, formulada pelo setor próprio da Assembleia Legislativa, cabe apenas a correção do texto e não do conteúdo.*

*Nestas condições a matéria terá, obrigatoriamente, que ser submetida a nova votação, sob pena de estar-se incorrendo em ilegalidade e em inconstitucionalidade.*

Por isso, Sr. Presidente, encaminho esta Questão de Ordem a V. Exa. pedindo a modificação do seu enten-

dimento, reiterando também de que na Sessão do dia 19 de abril, conforme notas taquigráficas nas minhas mãos, V. Exa. já havia tomado o mesmo procedimento com relação ao Projeto de Lei nº 447/2004, de autoria do eminente Deputado Mauro Moraes, quando ele foi rejeitado pelo Plenário em votação de Redação Final. V. Exa, alertado por este Parlamentar, disse o seguinte: há um equívoco, nós não podemos rejeitar projeto em Redação Final, vou voltar novamente à votação do projeto, está em votação o item 3, Redação Final do projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes - Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Por isso encaminho à Mesa a presente Questão de Ordem para que V. Exa. reveja a sua decisão e seja considerado o projeto aprovado, uma vez que em nenhum lugar no Regimento Interno, nem na Constituição Estadual e na Constituição Federal disciplina que na Redação Final é necessário a votação com quorum qualificado.

Era esta a Questão de Ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Conforme ontem nós já definimos quando V. Exa. encaminhou uma Questão de Ordem e nós solicitamos que V. Exa. encaminhasse por escrito, o Plenário desta Casa terá a resposta até a próxima segunda-feira. Vamos encaminhar ao Departamento Jurídico da Casa, à Procuradoria Geral da Casa e, com certeza na segunda-feira estaremos dando a devida reposta aos Srs. Parlamentares.

Antes do Horário de Lideranças, recebemos uma correspondência do Sr. Governador, no dia de ontem e após participar ao Deputado José Domingos Scarpellini nós encaminhamos ao Procurador Geral da Casa que emitiu o parecer. Concordamos, e este parecer determina o encaminhamento desta solicitação do Sr. Governador à Corregedoria Geral da Casa.

O ofício do Sr. Governador é no seguinte teor:

**(Lê):**

*Curitiba, 28 de abril de 2005.*

*Sr. Presidente, a administração do Porto de Paranaguá, autarquia governamental vem sendo caluniada pelo Deputado José Domingos Scarpellini. A leviandade das acusações desperta a nossa indignação, em conseqüências disso estou encaminhando a V. Exa, o anexo dossiê com sugestão de abertura de uma CPI para que o Deputado seja conhecido pela Assembleia Legislativa e por todos os paranaenses, de forma clara e transparente.*

**ROBERTO REQUIÃO.**

*Governador do Estado*

Nós, após participarmos ao Deputado José Domingos Scarpellini, encaminhamos ao Procurador Geral da Casa, Dr. Ayrton Costa Loyola que deu seu parecer e estamos determinando envio para a Corregedoria da Casa, conforme parecer do nosso Procurador.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não tinha conhecimento desse fato mas tenho conhecimento que o Superintendente do porto

enviou a esta Casa um ofício desrespeitoso e eu gostaria de tê-lo em mãos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu encaminho a V. Exa. porque eu devolvi o ofício ao Superintendente do porto, da forma que eu recebi, devolvi o ofício, vou encaminhar a V. Exa...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Porque como o Governador tem tanto cuidado com o respeito nós também temos por esta Casa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, não posso crer que o Superintendente do porto foi indelicado com esta Casa. Não é a sua prática.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, eu estou relativamente abalado com a denúncia encaminhada para esta Casa pelo Sr. Governador do Estado do Paraná porque servi a ele como Secretário de Governo no ano de 93 e 94. Ele me nomeou Secretário e trabalhei com ele, no Palácio Iguazu, período posterior a que saí da Prefeitura de Apucarana e realmente não tenho palavras agora, neste momento, para poder me dirigir ao Sr. Governador e explicar a ele e ao Paraná quais os motivos que me deixaram aqui na Oposição agora.

Acredito que você deva acreditar e confiar numa pessoa enquanto você não souber ser esta pessoa é praticante de mentiras e de atos que venham depois contra a sua honra e a sua dignidade. Eu quero crer que a Assembleia Legislativa do Paraná ao receber esta denúncia pedindo uma CPI contra a minha pessoa, eu não tenho o teor da documentação que está aí anexada...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na realidade não cabe uma CPI, nobre Deputado, estamos encaminhando à Corregedoria justamente porque não cabe uma CPI contra qualquer Parlamentar nesta Casa, não é?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pois é, mas a sugestão, o pedido do Governador é neste sentido.

Eu quero dizer que não fui àquela tribuna para caluniar a autarquia do Poder de Paranaguá, muito menos o irmão do Governador. O que falei ali vou repetir novamente e várias vezes. A Assembleia vai se manifestar se houver ou não excesso pela cassação ou não do meu mandato. E eu fico mais uma vez, convenci-me de que eu tinha mesmo que sair do MDB, o Partido que fiquei durante 34 anos. Fui do MDB velho de guerra, estive na luta a partir de 68 quando completei dezoito anos, contra a ditadura.

Não fui desses que só apareceu no MDB quando as coisas estavam acabadas e a ditadura já estava enfraquecida e que hoje para se eleger vem pedir o apoio do MDB velho de guerra.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados e companheiros de Oposição e companheiros desta Assembleia Legislativa do Paraná, dizer que durante o tempo que estive no MDB velho de guerra, acompanhei, sim, o Governador Roberto Requião na sua campanha de Prefeito de 85 em Curitiba e na campanha de 90 para Governador. Mas vamos tratar daquela tribuna e desta Assembleia quem são os homens que não têm decoro, que não têm decência, quem são os homens que realmente faltam com os compromissos assumidos.

Quero, Sr. Governador Roberto Requião, se o senhor estiver me ouvindo para que o senhor saiba que eu vou até o final, na mesma linha que comecei contra a ditadura, os militares, combatendo os delegados arbitrários, os militares prepotentes, coronéis, majores, generais como fizemos aqui em Curitiba, em 1975, contra o General Comandante da 5ª Região Militar lá em Apucarana, contra aqueles que perseguiram, prendiam e torturavam os presos.

Vamos sim Governador, vamos até o final. E sei exatamente onde ir buscá-lo também, porque sei que estou lidando com um tremendo de um "covardaço". São essas as minhas palavras com relação a isso. E quero ser fiscalizado e apurado pela Assembleia Legislativa do Paraná. E quero que o Governador Roberto Requião instale essa CPI e que ele venha aqui nesta Assembleia para esclarecer o que realmente está acontecendo com relação a grampo, com relação ao Porto de Paranaguá onde há denúncia que fiz naquela tribuna da Assembleia.

Sr. Presidente, foi trazida a esta Casa, não foi por mim, foi pela irmã do Sr. Governador e pelo Deputado Rafael Greca de Macedo que representando os interesses do Paraná disse que a Dona Lúcia Requião estava pedindo que fosse transferido para o PROVOPAR o dinheiro da varredura do Porto de Paranaguá. Apenas fiz a convocação em cima da denúncia que foi trazida por ela.

Portanto, Sr. Governador, eu não caluniei. E tem muito mais coisa para se falar sobre o Bill Clinton que está lá em Paranaguá. E nós vamos falar, vou até o fim.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Com respeito ao desabafo do Deputado Scarpellini não tenho nenhuma ressalva, porque é o seu direito. Agora, gostaria que os termos depreciativos em relação ao Sr. Governador fossem expungidos dos Anais porque a população não merece ter esse tipo de tratamento.

Por exemplo, essa locução atribuiu ao Governador a expressão "covardaço" ou outras expressões desairosas, porque trata-se do Governador eleito pela maioria dos paranaenses.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O tratamento que ele me deu como Deputado também. Será o mesmo tratamento dado também a V. Exa. Ele chamava V. Exa. de chefe...

**(Tumulto no Plenário)**

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber qual o horário que o Deputado José Domingos Scarpellini está usando? Qual é a questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É que foi citado o nobre Deputado e ele tem o direito de se defender, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU NOURA (PMDB)

Acho o seguinte, Sr. Presidente, que teríamos que ter mais disciplina.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do PDT. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de pedir a atenção do Presidente Hermas Brandão, já que nós estamos vivendo um clima pesado dentro desta Assembléia Legislativa. Principalmente gostaria de pedir aqui a segurança pela integridade física do nosso Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni e quando toco neste assunto, tenho o maior cuidado, inclusive, porque agora há pouco eu fui procurado por uma policial que, por motivos óbvios não declinarei o nome dela aqui, e ela disse: “Peça para o Deputado Rossoni tomar cuidado”. Nós já tivemos outros casos nesta Casa, de atentados inclusive contra Deputados, e o próprio Deputado Valdir Rossoni já subiu nesta tribuna para relatar as ameaças que ele vinha sofrendo.

Então, gostaria de pedir Sr. Presidente, pela integridade física do nosso companheiro Valdir Rossoni. Eu sei que o Deputado tem se mantido discreto, muitas vezes calado diante de vários fatos, mas tenho certeza que ele não vai mudar a sua forma de agir como afirmou desta tribuna mas somos um Poder independente e que merecemos o respeito seja lá de quem for e caso qualquer tipo de atentado ou de ação que venha a prejudicar a integridade física do Deputado Valdir Rossoni, com certeza, nós saberemos quem é o responsável ou quem está por trás de tudo isso.

Quero subir à tribuna na tarde de hoje, para trazer aqui o Diário Oficial do Estado do Paraná, da última sexta-feira, dia 29 de abril, em que o Governador Requião assina despachos, autorizando a Secretaria de Estado da Segurança Pública a comprar cem veículos para a Polícia Civil do Paraná. Até aí, nada de mais grave. É um procedimento normal, mas o que nos chama a atenção, é que consta aqui no Diário Oficial, inclusive a marca dos cem veículos que a Secretaria da Segurança Pública vai adquirir, especificando a marca, o modelo e até a potência desses veículos.

Estamos protocolando um requerimento na tarde de hoje, solicitando à Secretaria da Segurança Pública a destinação desses veículos, por que a determinação e a preferência por determinada marca. Na minha opinião isso fere gravemente, a lei de licitações que rege a compra de veículos, Deputado Dobrandino. Nós sabemos que o Governador está no seu papel, está autorizando essa compra, mas quando vejo, por exemplo, que serão sessenta veículos “Station Wagon” ou “Monovolume” marca Volkswagen”; “Parati Flex 1.6”, ficamos sem saber por que esta determinada marca? Aliás, deve ser para serviço burocrático apenas, porque um veículo com essa potência 1.6 não serviria para operações policiais como são as “pick-ups”...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Hoje V. Exa. tem direito a dez minutos. Então, mais cinco minutos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Obrigado Sr. Presidente, não usarei todo esse tempo, mas eu gostaria de deixar registrado essa nossa preocupação para questionar a Secretaria da Segurança Pública sobre o critério para a escolha desse tipo de veículos, se houve a licitação, como é que o Governo, através da Secretaria da Segurança Pública chegou até essas marcas para que nós possamos esclarecer de uma vez por todas.

É uma dúvida que contribui com o próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL.

PF.

Com a palavra o Deputado Elton Welter.

### ***Liderança do PT: Deputado Elton Carlos Welter***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população do Paraná.

É com grande satisfação que venho a esta tribuna, ressaltar que a posição do Estado do Paraná e desta Assembléia Legislativa foi saudar para, por exemplo,

falava-me orgulhosamente agora a pouco a assessoria do Deputado Estadual, agora Prefeito Nelson Tureck, companheiro nosso que ajudou no voto com relação à questão da transgenia, apesar da lei ter sido revogada pelo Supremo.

A indústria SG Schwander Lewi e Luis de Córdoba da Argentina se instalará aqui no Paraná, na cidade de Campo Mourão, onde vai extrair a lecitina de soja, Deputado Greca, que é um componente que atende na área de medicamentos. Atletas usam, ajuda a eliminar o colesterol, regula as funções orgânicas e o mercado que compra o produto exige que seja de soja convencional. Dá uma demonstração de o quanto o esforço do Estado, o esforço deste Parlamento e da nossa Bancada como um todo, que o Estado do Paraná, nós temos que fazer com que não haja a mistura, que lá na Argentina, infelizmente, 90% da produção de soja já é a transgênica.

Por isso que essa indústria está vindo para o Paraná. Que bom para os paranaense, mas temos que ficar atentos, o alerta, o debate que se criou em torno desse tema sempre foi no sentido de evitar a contaminação, a mistura como um todo e, principalmente, a questão de mercado que é a grande preocupação de qualquer gestor público, de qualquer legislador, que quer fazer leis justas e leis que atendam aos interesses das pessoas quando vão comer algum produto, ao interesse do Estado, como à questão estratégica de mercado, à questão ambiental, à saúde das pessoas e assim por diante.

O Paraná tem esse privilégio agora, Deputada Luciana, com a vinda dessa empresa Argentina, que teve que sair, deslocar, talvez vai até permanecer lá, mas o forte da indústria, da extração de lecitina de soja será aqui no Paraná. Exatamente por que a COAMO consegue segregar da garantia de que a matéria-prima que é o soja, que vai ser extraída a lecitina, ela dê garantia para essa empresa para atender o mercado. Os chineses compram a lecitina, os europeus compram este produto. E eles receberam sinal desses compradores, os argentinos. Por isso é que vieram para o Paraná, estão se instalando. E é com orgulho que falo que este Parlamento contribuiu sobremaneira para que, realmente, nós aqui no Estado tenhamos esta preocupação. Inclusive a lei que foi declarada inconstitucional apontava um prazo. O Estado, como um todo, nunca foi contra a pesquisa. Para quem pegar a lei, lá dizia “até 2006”, alertando das questões da possível mistura e tudo mais.

Então, foi estratégico. Nós temos que achar uma saída, caros Deputados, de como evitar que no futuro tudo vire transgênico aqui no Estado do Paraná.

#### **O Sr. Nereu Moura (PMDB)**

Deputado Elton Welter, estou aqui tentando entender o seu pronunciamento. V. Exa. está dizendo que um grupo argentino está vindo para Campo Mourão, na terra do nosso querido ex-Deputado Nelson Tureck para instalar uma indústria, porque aqui no Paraná tem soja con-

vencional e que na Argentina só tem soja transgênica. É isto?

#### **O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)**

Exatamente. Lá é 90% transgênico e os compradores da lecitina de soja desta indústria identificam isto e exigem que a matéria-prima principal, que é a soja convencional, eles são sabedores que aqui no Paraná nós damos garantia disto.

#### **O Sr. Nereu Moura (PMDB)**

Então, a luta do Governador Requião já está propiciando ao nosso Estado a vinda de empresas, justamente porque se nós temos a soja convencional e que nós vamos fabricar produtos para exportar, iremos exportar este produto para o exterior?

#### **O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)**

Exatamente. Este produto é exportado por esta empresa para a Europa e para os chineses, segundo informações da assessoria do ex-Deputado e agora Prefeito de Campo Mourão.

Para nós é motivo de satisfação, porque abre mercado. Sempre foi o grande argumento desta Casa. Aliás, quem está de parabéns é este Parlamento, que teve coragem, na hora de votar esta lei, gerou todo este debate. E apesar de inconstitucionalidade da lei, alertou as grandes cooperativas, para evitar segregar e fazer um esforço grandioso para que não se faça a mistura, para que se dê garantia ao consumidor, principalmente. Porque isto é matéria-prima para tratar de pessoas, para regular funções orgânicas, para trabalhar com a questão da eliminação do colesterol e também muitos atletas usam este produto, porque é importante para atividades físicas.

Então, vejam como foi estratégico do ponto de vista de mercado, do ponto de vista estratégico do Estado manter esta postura e fazer com que toda a sociedade se preocupe em segregar e evitar que se misture a soja convencional com a soja transgênica.

Era este o meu pronunciamento, Sr. Presidente, queria destacar, para finalizar, que a minha cidade, Toledo, foi destacada pelo IBGE, por seu destaque na produção agropecuária. Foi uma das catorze cidades do Paraná, citada que o PIB realmente cresce. É o sinal do resultado do valor agregado à produção agropecuária, principalmente ligado às aves e suínos.

Quero também destacar que está havendo um esforço grandioso por parte do Secretário Pessuti, do Secretário Cheida, no sentido de criarmos condições ambientalmente favoráveis para expandir ainda mais a atividade suinícola e avícola, porque tudo é condicionado à averbação, ampliação dessas atividades à questão da reserva ambiental. Estou sentindo que chegaremos no entendimento, criaremos, num curto prazo, um termo de ajuste de conduta, onde haverá o convencimento dos nossos agricultores e acharemos uma legislação justa para que possamos ampliar as atividades da suinocultura. Por-

que hoje todo projeto de ampliação da suinocultura, avicultura é condicionada averbação dos 20% e ao mesmo tempo que se devastou no passado a gente quer recuperar com tanta rapidez, a gente tem que ter um pouco mais de paciência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB.

PMDB.

Liderança da Oposição. Valdir Rossoni com a palavra por dez minutos.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria, Sr. Presidente, sei que V. Exa. está ocupado, mas acredito que no momento eu precisaria da sua atenção e da atenção dos Srs. Deputados.

Não adiante, Sr. Presidente, depois que acontecer nós ficamos lamentando. Eu, é próprio do ser humano, não me impressiono com a intimidação, não me passa pela cabeça que um governante, ou um Secretário de Estado, passe pela cabeça dele qualquer agressão a um Parlamentar ou a um familiar de Parlamentar, Sr. Presidente. Mas nós já vivemos nesta Casa momentos parecidos, e eu quero dizer ao senhor que hoje eu estou impressionado; impressionado porque desde manhã quando cheguei nesta Casa várias pessoas me encontram no corredor e dizem que eu tenho que tomar cuidado. Isso não me impressionou de forma nenhuma, o que me causou estranheza é o Deputado ter recebido esta questão que ele colocou aqui.

Então, Sr. Presidente, quero pedir a V. Exa. o seguinte: eu, por não acreditar nessas notícia que me chegam, e que chegam ao Deputado Barbosa, e ao nosso gabinete, eu não quero nenhuma segurança. Mas quero dizer ao senhor que tenho um filho de 21 anos e que por ele eu tenho que zelar. Porque até isso fui ameaçado, dizem que vão pegar meu filho e colocar drogas dentro do seu veículo, e prendê-lo. Então, Sr. Presidente, Deputado Rossoni não precisa de segurança, Deputado Rossoni não precisa de garantias; agora, eu não tenho direito como pai, de expor meu filho a essa situação. Se ela é verdadeira ou não é, eu não entro nessa questão, porque eu continuo acreditando que isso não existe no Paraná; mas eu não posso e não tenho direito, Deputado Scarpellini, de expor o meu filho, que estuda, que viaja toda noite, ele hoje é diretor da minha empresa que está sendo reconstruída, faz cem quilômetros todo dia para fazer a sua faculdade, saiu de Curitiba, foi para o interior, e eu não tenho direito de expor meu filho. Ele tem 21 anos de idade e tem pelo menos o direito de viver até os 52 anos, viver como eu vivi até hoje. Então, Sr. Presidente, eu não preciso, eu não quero e não estou pedindo, mas não tenho

o direito de expor o meu filho a essa ameaça. E me preocupa, Deputado Scarpellini, V. Exa., quando querem intimidá-lo, é uma questão que deve ser levada em conta por esta Casa. Já somos em poucos Parlamentares que fazem oposição.

Sou combativo do Governador Roberto Requião, mas em determinados pontos eu o admiro; admiro suas atitudes corajosas. Mas fico me perguntando: como é que um Governador que foi amigo do Deputado Scarpellini tanto tempo, vem aqui com esse ofício, assinado por ele, pedindo que o Deputado seja investigado.

Isso entristece a todos nós. Por essa razão quero propor aos Deputados de Oposição para fazermos um protesto a este momento que estamos vivendo. Se nos calarmos ou virarmos bajuladores de plantão, sofreremos mais esta situação. Mas, como é a nossa intenção darmos continuidade ao bom combate, discutirmos aqui o que é de interesse do Paraná, quero propor para que, nas semana que vem os Deputados de Oposição - se aceitarem a minha proposta - vamos fazer uma semana de silêncio. Para que possamos passar uma semana sem ameaça.

Não vamos usar a tribuna; não vamos fazer pronunciamentos; não vamos encaminhar projetos. Vamos chegar, sentar e silenciar. Talvez o nosso silêncio fale mais alto que a nossa palavra.

Não queria trazer isso aqui, porque faz dias que está acontecendo, mas alguma atitude temos que tomar. A única coisa que queremos é o respeito ao direito de sermos Parlamentares de Oposição.

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto.

**O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Gostaria de solidarizar-me com o Deputado José Domingos Scarpellini.

Cumprimento V. Exa. por ter a coragem de defender o Líder da Oposição. Acho que todos os 54 Deputados desta Casa deveriam ser solidários a ele, para impedir, inclusive, que um outro Poder imiscua-se no Poder Legislativo.

O Governador cometeu um erro gravíssimo quando fez o que fez. Uma atitude intempestiva, na minha forma de ver. Não digo até pela amizade que os dois tiveram, mas por qualquer outro Deputado desta Casa. Temos que ter claro que esta Casa é um órgão independente. Propomos dentro do Regimento, requerimentos, até CPI, para serem apuradas internamente.

O Governador erra quando ele, de próprio punho, assina uma documentação endereçada ao Presidente desta Casa!

O povo do Paraná não merece um discurso monocórdio, uma voz uníssona aqui. Somos tão poucos já! Àqueles que ainda não passaram do lado de lá, somos resistentes, firmes. Pelo bom combate, que V. Exa. diz, discordo, creio que devemos continuar sim. Nem que sejamos eu, V. Exa., o Deputado Scarpellini, o Deputado Elio Rusch, o Deputado Plauto Miró, Deputado Durval

Amaral, vamos continuar usando esta tribuna. Continuarei nessa trincheira apontando as falhas do Governo e elogiando-o quando ele merecer.

Desculpe-me discordar de V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se V. Exa. discorda, concordo com V. Exa., mas V. Exa. esqueceu o Deputado Reni, que tem sido um companheiro.

Sr. Presidente, encerro a minha fala. Não faria uso da palavra hoje, tínhamos feito um acordo de Lideranças com o Líder do Governo, abrimos mão do Pequeno Expediente, mas um alerta não faz mal a ninguém, e vamos continuar o bom combate, com a mesma intensidade e com a mesma bravura porque, certamente, estamos contribuindo para construção de um Paraná melhor.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência entrará em contato com as autoridades constituídas e tenha certeza, Deputado Valdir Rossoni, que todos os Srs. Parlamentares, não só V. Exa. com os seus familiares, terão atenção especial, porque esta é uma Casa livre, é uma Casa de liberdade de expressão e ninguém vai calar esta Casa, tenho certeza.

São 54 Parlamentares que merecem o respeito da população do Paraná, merecem atenção de todos, porque foram eleitos pelo povo, são representantes do povo. Como Presidente deste Poder, volto a afirmar: vou entrar em contato com as autoridades constituídas para que possamos dar tranquilidade a todos os Parlamentares.

Consulto à Liderança do Governo. Com a palavra, o Sr. Deputado Nereu Moura,

## ***Liderança do Governo: Deputado Nereu Moura***

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, quero dizer que quando eu, aqui nesta Casa, no Governo anterior, era Deputado de Oposição e quando veio a CPI do Narcotráfico, quando denunciávamos diversos procedimentos do Governo anterior, eu também, por diversas vezes, recebi ameaças pelo telefone, ameaças por carta, mas nunca intimidei-me porque “cachorro que late não morde”.

Não há que se ter preocupação alguma com esse tipo de procedimento, até porque no Estado do Paraná não temos tradição cultural ou tradição desse tipo de crime esquadrão da morte dos matadores de aluguel. Portanto, acho que, na verdade, o que se pretende, às vezes, alguém que esteja sendo compelido em algum tipo de pronunciamento de algum Deputado tenta amedrontar o Parlamentar.

Quero dizer ao Deputado Rossoni e ao Deputado Barbosa, que tenho certeza absoluta que não é pelos seus discursos aqui nesta Casa, que alguém vai atentar contra

as suas vidas ou contra a vida dos seus familiares, até porque, como já disse, fui ameaçado e nunca trouxe a esta Casa. Conversei com meus colegas Parlamentares quando recebia esse tipo de ameaça e jamais trouxe ao conhecimento porque nunca acreditei, jamais acredite. Volto a repetir este ditado popular: “cachorro que late, não morde”. Quem quer fazer o mal não avisa, faz.

Portanto, Sr. Presidente, é uma situação absolutamente tranqüila, em que os Parlamentares, nesta Casa, têm todo o direito, o dever e a obrigação de expor as suas opiniões, livre e soberanamente, porque esta Casa é a Casa do contraditório, é uma Casa política, onde as opiniões precisam ser expostas e respeitadas.

Também quero dizer ao Deputado Barbosa - sem querer entrar no mérito da questão, em relação ao Deputado José Domingos Scarpellini, por quem tenho especial estima e consideração - que o Deputado Scarpellini sabe que quando ele não era Deputado, quando vinha visitar a Casa, sempre nos relacionávamos e conversávamos, eu parava para conversar com ele, para ouvir as suas histórias. Desde quando eu era piá sempre tive por ele respeito e admiração.

Não concordo hoje com as opiniões do Deputado Scarpellini. Acho que ele é um tanto quanto incisivo, demais até, porém é o seu estilo. Ainda ontem - ou antes de ontem - conversando com o Deputado Scarpellini, ele me dizia: “este é o meu estilo, Deputado Nereu Moura, este é o meu jeito, esta é a minha maneira de ser”. Em uma conversa franca, amiga e leal que mantínhamos.

Não estou dizendo que concordo com o seu procedimento e não estou chancelando o procedimento do Governador Requião, mas ele tem, sim, legitimidade para encaminhar a esta Casa qualquer tipo de correspondência e de manifestação. Cabe a esta Casa examinar, arquivar, verificar e investigar, enfim, proceder da forma que achar necessário. O Governador Requião não está cometendo um crime, um erro, de mandar um ofício a esta Casa, tocando neste ou naquele assunto.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Concede-me um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Gostaria de lembrar a V. Exa. que os cachorros de ultimamente não ladram; atiram e quase mataram o Deputado Barbosa Neto no início da Legislatura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pode ser que seja um cachorro diferente, Deputado Reni, porque não existe aqui uma ligação com relação a esse crime. Portanto, não há o que se fazer, de quem é que partiu, de quem foi a autoria, senão pessoas enquadradas nos discursos do Deputado Barbosa e do Deputado Rossoni, aqui.

Quando você coloca uma situação generalizada, você pode fazer várias conjunturas. O que precisamos é fazer a mira e atirar no alvo certo.



**O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Permite-me um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Respeito V. Exa. e também não queria entrar nessa questão do meu caso, porque tenho inclusive algumas gravações que foram feitas dentro do sistema da Polícia Militar, quando eles estavam se correspondendo, logo que aconteceu esse atentado perto da Assembléia Legislativa e que permito-me não colocar isso em questão agora.

Quero voltar ao assunto do Deputado Valdir Rossoni, porque quando V. Exa. diz que podem ficar com a consciência tranqüila, será que se algo acontece com o próprio Deputado Rossoni, V. Exa. poderia dormir em paz tranqüilamente? Acho que “o seguro morreu de velho”, também usando um adágio popular, já que V. Exa. citou alguns outros aí, como um cachorro diferente, “cão que ladra, não morde”. Acho que deveríamos nos precaver, porque pode acontecer alguma fatalidade. Tivemos um outro Deputado, que por outros motivos também, não pelas suas opiniões, acabou sendo assassinado há não muito tempo atrás. Acho que todo o cuidado é pouco. Tivemos o Deputado Mauro Moraes que sofreu um outro tipo de atentado, talvez, por assalto ou tentativa de assalto. Precisamos nos precaver. É apenas essa a intervenção que faço ao vosso pronunciamento.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Acho que tomar precaução, Deputado Barbosa, todos somos seres humanos iguais a qualquer cidadão ou cidadã e corremos o risco diário de enfrentarmos uma onda de criminalidade. Acho que a precaução é necessária e prudente. Não creio que no Paraná tenhamos que ter preocupação com crimes políticos! Aqui no nosso Estado não há clima para isso, não há cultura e nem vai haver neste Governo.

Concedo um aparte ao Deputado Vanhoni.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Estou entendendo o seu pensamento, Deputado Nereu, uma correção no sentido de alertar não só aos Deputados. Acho que comungo com o seu pensamento no que diz respeito que por parte do Governo do Estado, em função das lutas políticas na Assembléia Legislativa, não há nenhuma animosidade com relação a qualquer Deputado.

Mas, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados, independentemente de Governo ou de Oposição. O Deputado que sentir-se ameaçado, que sentir-se constrangido no exercício do mandato popular, da livre expressão da sua consciência e daquilo que ele acha correto denunciar, propor no Parlamento, é um dever do Parlamento encetar todos os esforços para proteger o mandato popular. A consciência do Deputado não pode ser constrangida.

Então, se o Deputado Rossoni - que eu não concordo com ele em 90% do seu posicionamento político -

vem à Assembléia Legislativa já pela terceira vez e diz que está recebendo telefonemas ameaçando - sei e conheço a cultura do Estado do Paraná, como o senhor disse, e não acredito que algum mal maior vá acontecer ao Deputado Rossoni - mas é dever da Mesa Executiva tomar todas as providências para que a família e o Deputado Rossoni não sintam-se constrangidos no exercício do seu mandato.

Então, a defesa do Parlamento e da democracia está acima das discussões e dos entevos que podem acontecer entre a Situação e a Oposição. O meu mandato popular e o seu mandato popular estão acima das conotações partidárias. Esse respeito, esse entendimento o Parlamento tem que ter, porque se não tivermos esse entendimento, não vamos fazer com que a sociedade aprenda e valorize a democracia.

No nosso País, se ridiculariza a democracia, o papel do Deputado, o papel do governante e devemos encarar com a maior seriedade. Se tem alguém ameaçando, nem que seja por carta, um Deputado qualquer desta Assembléia pela sua manifestação política, a Polícia Federal deve ser notificada, a Secretaria da Segurança deve ser notificada e a Mesa Executiva deve cobrar procedimentos para garantir a tranqüilidade desse Deputado.

Então, entendo o seu posicionamento, mas gostaria de contribuir para o debate desse assunto que me parece transcender as questões políticas de debate aqui na Assembléia Legislativa.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Essa garantia, Deputado Vanhoni, o Presidente Hermas já nos fez, quando o Deputado Rossoni apresentou as suas preocupações.

Então, a minha manifestação aqui, tenho absoluta certeza que a Mesa Executiva tomará todas as providências para garantir a legitimidade do mandato de todos os Parlamentares desta Casa para que ninguém seja, na verdade, tolhido no seu direito de se expressar livre e soberanamente. Porém, volto a frisar que o nosso Estado não tem cultura de crime político e não é neste Governo que vamos verificar qualquer crime político.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Gostaria de se solidarizar ao Deputado Valdir Rossoni e, aproveitando o que foi colocado pelo Deputado Ângelo Vanhoni e Deputado Nereu Moura, é a terceira ou quarta vez que esse assunto é abordado aqui em nosso Plenário, em nossa Casa de Leis. E, evidentemente que gostaríamos de saber se o Deputado Rossoni tomou alguma medida, alguma providência, fez algum registro, algum Boletim de Ocorrência, procurou a Secretaria da Segurança, a Delegacia da Polícia Civil, Polícia Militar, algum representante da segurança do Estado para que alguma medida fosse adotada no sentido de preservar o seu mandato, a sua vida, a vida de seus familiares; que

tipo de ameaça foi feita, se foi verbal, se foi por telefone, se foram escritas; quais as atitudes já tomadas pelo nobre Parlamentar para que essa Presidência, na pessoa do Deputado Hermas Brandão, possa também somar-se a esse movimento no sentido de preservar.

Evidentemente que essas denúncias, essas acusações, essas manifestações não podem ser acatadas, como também nenhuma outra que foi aqui colocada. Foram levantadas suspeitas contra o Secretário da Segurança, devem ser investigadas, só que houve um inquérito, houve um processo, houve o Ministério Público participando, houve um Juiz e se existem dúvidas eles vão ser convocados também pelos que levantaram essas dúvidas, esses representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário para se manifestar aqui nesta Casa de Leis.

Obrigado.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero somar-me às palavras do Deputado Ângelo Vanhoni, porque parece-me que quando o Deputado Rossoni vem, pela terceira vez, à tribuna e não apenas colocando a sua preocupação com relação à sua segurança pessoal mas, e principalmente com relação à segurança de seus familiares, nenhum Deputado, ninguém de bem na sociedade pode ficar considerando que esta é uma ameaça, ainda que ela venha a não se consumir, ela é uma ameaça menor.

Já vivemos esse processo com outros Deputados. O Deputado Vanhoni já viveu este mesmo processo com relação aos seus familiares, vivi esse processo aqui na Assembleia por ocasião da CPI da COPEL e sei, muito bem, que ainda que isso não ocorra durante um ano, tive os meus filhos sob ameaça. É uma situação extremamente constrangedora, porque nos sentimos absolutamente responsáveis e, mais ainda, com um sentimento de culpa por exercermos uma função pública. Então, independentemente de quem faça isso, a partir do momento que faz a uma pessoa ligada por ações que são cometidas num mandato ou no exercício do mandato, todos temos que ser solidários.

Deputado Rossoni, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, somando-me às palavras do Deputado Ângelo Vanhoni, quero me fazer solidário às suas preocupações e tenha certeza que independentemente das divergências que possamos ter, vamos estar somando ao lado do senhor e das preocupações com relação à segurança, sua e da sua família.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Presidente, acompanho, desde o início desta Legislatura, o trabalho brilhante do Deputado Valdir Rossoni, Deputado respeitado e notório na política paranaense.

Não creio que na verdade seja em função da sua atuação política, que venha esta ameaça. Sinceramente não consigo, não cabe na minha cabeça que seja em

função disso. O Deputado é um Deputado respeitado, como disse, está no seu legítimo direito de expressar seus pensamentos, porque esta é uma Casa democrática e não vejo que isso seja em função da sua atuação parlamentar.

Sr. Presidente, houve, no início desta Legislatura, mais precisamente há cerca de dois anos e pouco atrás, na minha cidade de Foz do Iguaçu, houve um atentado, uma desgraça com um Vereador nosso, da Câmara de Vereadores de Foz, deram dois tiros e até hoje este Vereador está em cadeia de rodas. Mas o que veio para esta Casa era que era um crime político, mandando isso para o Ministério da Justiça, para Direitos Humanos, até para a ONU acho que foi e na verdade não era isso, não era um crime político, realmente não levantaram nada. Então, isso me preocupa.

Quero dizer ao Deputado Rossoni, nosso amigo, nosso colega na Assembleia, que fiquei absolutamente tranquilo, quem ameaça é covarde, considero qualquer ameaça que se faz anonimamente uma covardia. E quem seria atingido com as ações do Deputado Rossoni? Seria o Governo? o Governo não faz isso, não admite isso de maneira nenhuma.

O que eu quero dizer é que de qualquer maneira é uma preocupação da Casa quando tem uma situação dessa contra um Parlamentar desta Casa.

Também solidarizo-me ao Deputado Rossoni, mas quero crer que é algum covarde que não tem o que fazer, na verdade, e que não tem coragem de colocar a cara para fora é que faz ameaça como essa.

### *Ordem do Dia:*

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 44 Srs. Deputados.

### *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, Ofício s/nº subscrito pelo Sr. Governador do Estado ao Sr. Presidente Hermas Brandão, constante do expediente, informando que a Administração do Porto de Paranaguá, autarquia governamental, vem sendo caluniada pelo Deputado Estadual José Domingos Scarpellini.

A leviandade das acusações, despertam a nossa indignação.

Em consequência disso, estou encaminhando a V. Exa. o anexo dossiê, com a sugestão de abertura de um CPI, para que o Deputado seja conhecido pela Assembleia Legislativa e por todos os paranaenses, de forma clara e transparente. **Em 03.05.2005, encaminho ao**

**Exmo. Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, para esclarecer à Assembléia Legislativa.**

**De acordo com o Parecer da Procuradoria Geral, encaminha-se à Corregedoria desta Casa de Leis.**

Questão de Ordem de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, que cita o Artigo nº 104 do Regimento Interno (para discutir matérias tratadas pelos artigos 142 a 147 do Regimento Interno).

O Projeto de Lei Complementar nº 485/2004, oriundo da Mensagem nº 37/2004, recebeu emendas de Comissão e de Plenário, dentre as quais algumas foram aprovadas e, conseqüentemente, compatibilizadas ao texto do projeto. Imperioso, portanto, que este fosse votado em Redação Final, observando-se o devido procedimento legal. **Recebido. À Procuradoria para providência.**

Projeto de Lei Complementar de autoria dos Deputados Luiz Nishimori e Marcos Isfer, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Elio Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1209, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se desta Casa de Leis para viagem a Foz do Iguaçu onde participará da VI Assembléia Geral da Confecção Parlamentar das Américas - COPA, no período de 07 a 11 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1228, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando justificativa da Ausência em plenário nos dias 07 a 11 do corrente mês, para participar da VI Assembléia Geral da Confecção Parlamentar das Américas - COPA, a realizar-se em Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1229, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, solicitando jus-

tificativa da Ausência em plenário nos dias 07 a 11 do corrente mês, para participar da VI Assembléia Geral da Confecção Parlamentar das Américas - COPA, a realizar-se em Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1230, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando justificativa da Ausência em plenário nos dias 07 a 11 do corrente mês, para participar da VI Assembléia Geral da Confecção Parlamentar das Américas - COPA, a realizar-se em Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1231, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando justificativa da Ausência em plenário nos dias 25 a 28 do mês de maio do corrente ano, para participar da IX Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se no Município de Mata de São João na Bahia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1232, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para ausentar-se em viagem a Foz do Iguaçu, no período de 07 a 11 do corrente mês, sem ônus para esta Casa, para participar da VI Assembléia Geral da Confecção Parlamentar das Américas - COPA. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1239, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando desta Casa de Leis, para viagem a Cuba, como representante e Membro da Comissão da Saúde Pública, que ocorrerá nos dias 06 de 20 de junho de 2005. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1244, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, solicitando autorização para comparecer à VI Assembléia Geral da Confecção Parlamentar das Américas - COPA, a ser realizada no período de 07 a 11 de maio, em Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1203, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 de maio (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1248, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a Inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **Discussão Única (Indicação)**

### **ITEM 14**

DISCUSSÃO - da Indicação nº 014/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Palmital ao Município de Mato Rico. **Aprovada. (Publ. no DA nº 033/2005, de 27.04.2005).**

### **1ª Discussão**

### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Pessoa Idosa, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 035/2005, de 02.05.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 245/2005

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Pessoa Idosa, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI Relator

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) **(Pela Ordem)**

V. Exa. fez a leitura de um Decreto Legislativo que muda o zoneamento do ponto de vista ambiental.

Esse Decreto passa pela Comissão do Meio Ambiente?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Vai primeiro para a Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente à Comissão de Meio Ambiente.

O. SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Esse Decreto Legislativo vai primeiro à Comissão Executiva para parecer.

O. SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Passa pelas Comissões?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Não passa. Virá, depois, ao Plenário.

### **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe, para efeitos de segurança pública, sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda, sejam predominantemente bebidas alcoólicas. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. CAICTM. (Publ. no DA nº 004/2005 de 23/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 043/2005

**P A R E C E R :**

#### **Do Projeto**

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o presente projeto de lei visa ordenar a matéria referente à venda de bebidas alcoólicas e mais especificamente sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda sejam predominantemente bebidas alcoólicas.

Em sua justificativa o autor afirma que “pesquisas e estatísticas sobre criminalidade... quer contra pessoas quer contra o patrimônio, público ou privado, tem maior incidência nas proximidades dos estabelecimentos vendedores de bebidas alcoólicas...”

Segundo estudos, com base em dados do Ministério da Saúde, a bebida alcoólica está envolvida em 70% dos casos de homicídios e 50% da violência doméstica. As estatísticas revelam que no índice de cada 52 homicídios ocorridos, 24 ocorreram em bares ou próximos a eles, e por pessoas embriagadas. Outro dado também mencionado nos estudos é em relação ao horário em que os crimes ocorreram: 73% dos crimes cometidos desta natureza aconteceram nos horários entre às 18 horas e 6 horas.

É certo que os principais danos sociais usados para justificar o controle do consumo de álcool são os índices de crimes, doenças e acidentes relacionados ao consumo exagerado. Estimativas da Secretaria Nacional Antidrogas apontam que em cerca de 80% dos registros de homicídio, violência doméstica e acidentes de trânsito há a participação do componente álcool.

Lamentavelmente do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas CEBRID, aponta que ao longo dos últimos quinze anos, de todas as internações hospitalares causadas por drogas, 90% são motivadas pelo álcool.

Segundo pesquisa realizada em 2001 pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas CEBRID, em 107 cidades brasileiras, 9,1% dos homens e 1,7% das mulheres fazem uso regular de álcool (mínimo de três a quatro vezes por semana, incluindo aqueles que bebem diariamente), totalizando em 5,2% o número de indivíduos que bebem regularmente.

Já o número de dependentes seria de 11,2% da população, o que corresponderia a cerca de dezoito milhões de brasileiros. O número maior de dependentes encontra-se na faixa etária dos 16 aos 24 anos em que 23,7% dos homens e 7,4% das mulheres são consideradas dependentes.

Levantamento da Organização Mundial de Saúde (OMS), feito em 1999, o Brasil apareceu no 63º lugar no consumo *per capita* de álcool, de um total de 153 países. O Brasil está entre os quatro maiores produtores mundiais de destilado. A bebida mais consumida no País, entretanto, é a cerveja. O consumo *per capita* de cerveja é de 54 litros por ano e cresce entre 3% a 5% ao ano. O consumo de cachaça aparece em segundo lugar, com uma média de doze litros por pessoa ao ano.

Outro estudo realizado pelo OMS em 2002 indica que 5,6% de todas as mortes de homens ocorridas no planeta e 0,6% de mulheres são atribuídas ao consumo de álcool. No Brasil, estudo dos psiquiatras Ronaldo Laranjeira e Nino Meloni, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), revelam que mais de 10% de toda a mortalidade ocorrida no país é consequência do consumo excessivo de álcool.

O alcoolismo é hoje o principal problema de saúde pública no Brasil. Temos a metade dos problemas provocados por álcool, segundo afirmação do professor Ronaldo Laranjeira.

A despeito de todos os significados culturais e simbólicos que o consumo de bebidas alcoólicas adquiriu ao longo da história humana, o álcool não é um produto qualquer. É uma substância capaz de causar danos através de três mecanismos distintos: toxidade direta e indireta sobre diversos órgãos e sistemas corporais, intoxicação aguda, e dependência. Tais danos podem ser agudos ou crônicos, e dependem do padrão de consumo de cada pessoa, que se caracteriza não somente pela frequência com que se bebe e pela quantidade por episódio, mas também pelo tempo entre um episódio e outro, e ainda pelo contexto em que se bebe.

#### **Da constitucionalidade e legalidade da matéria**

Em primeiro lugar, deve-se observar que a questão ora abordada - possibilidade de edição de lei estadual restringindo o consumo de bebidas alcoólicas - encontra-se dentro do chamado poder de polícia administrativa, que, conforme leciona Hely Lopes Meirelles, consiste na “faculdade de que dispõe a Administração Pública para acondicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado” (Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, Ed. Revista dos Tribunais, 16ª edição, p. 110). Este conceito doutrinário há muito foi positivado na legislação brasileira.

De fato, o Código Tributário Nacional, em texto amplo e explicativo, dispõe: “Art. 78. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de

interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da população e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

O poder de polícia administrativa manifesta-se tanto através de atos normativos e de alcance geral quanto de atos concretos e específicos, aptos a acondicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade. Neste sentido a lição do professor Celso Antônio Bandeira de Mello: “A polícia administrativa manifesta-se tanto através de atos normativos e de alcance geral quanto de atos concretos e específicos.

Regulamentos ou portarias - como as que regulam o uso de fogos de artifício ou proíbem soltar balões em épocas de festas juninas -, bem como as normas administrativas que disciplinem horário e condições de vendas de bebidas alcoólicas em certos locais, são disposições genéricas próprias da atividade de polícia administrativa.” (Curso de Direito Administrativo, 13ª ed., Ed. Malheiros, págs. 695/696) O poder de polícia é inerente a toda Administração Pública e se reparte entre as esferas administrativas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Todavia, segundo a técnica de repartição de competências adotada pela Constituição de 1988, há competências que são deferidas com exclusividade e determinada unidade federativa, enquanto outras são exercidas concorrentemente.

Como adverte Hely Lopes Meirelles: “Em princípio tem competência para policiar a entidade que dispõe do poder de regular a matéria. Assim sendo, os assuntos de interesse nacional ficam sujeitos à regulamentação e policiamento da União; as matérias de interesse regional sujeitam-se às normas e à polícia estadual; e os assuntos de interesse local subordinam-se aos regulamentos edilícios e ao policiamento administrativo municipal. Todavia, como certas atividades interessam simultaneamente às três entidades estatais, pela sua extensão a todo o território nacional (v. g. saúde pública, trânsito, transporte, etc), o poder de regular e de policiar se difunde entre todas as Administrações interessadas, provendo cada qual nos limites de sua competência territorial.

A regra, entretanto, é a exclusividade do policiamento administrativo; a exceção é a concorrência desse policiamento.” (Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, Ed. Revista dos Tribunais, 16ª edição). A matéria ora tratada - restrição do uso de bebidas alcoólicas - situa-se dentre aquelas cuja competência, em razão do simultâneo interesse, pode ser exercida concorrentemente entre as unidades da federação. De fato, como assinala José Afonso da Silva, “há, contudo, uma repartição de competências nessa matéria (organização da segurança pública) entre a União e os Estados, de tal sorte que o princípio que rege é o de que o problema da segurança pública é de competência e responsabilidade de cada uni-

dade da Federação, tendo em vista as peculiaridades regionais e o fortalecimento do princípio federativo, como, aliás, é da tradição do sistema brasileiro” (in Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª ed., 1994, Malheiros Editores).

Em consonância com a supracitada lição doutrinária, dispõe o artigo 144 da Constituição Federal:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:”

Desta forma, indiscutível a possibilidade de regulamentação da questão mediante a edição de lei estadual. Ressalte-se, ainda, que não se pode enquadrar o tema em discussão como de “predominante interesse local”, razão pela qual, não há qualquer invasão da esfera de competência legislativa privativa dos Municípios (artigo 30, I, da CF/88). É que, em matéria de competência legislativa, rege o princípio da predominância do interesse, sendo da União o tratamento de questões nas quais predominam o interesse nacional e da generalidade dos cidadãos, dos Estados o tratamento das matérias relativas a interesses essencialmente regionais e por fim aos Municípios competem os assuntos de interesse predominantemente locais. Confira-se, a respeito, a lição de José Afonso da Silva e Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“O princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominantemente interesse geral, nacional, ao passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos Municípios conhecerem os assuntos de interesse local, tendo a Constituição vigente desprezado o velho conceito do peculiar interesse local que não lograra conceituação satisfatória num século de vigência.” (José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª ed., São Paulo, Malheiros, 1993, p. 418) “O interesse local caracteriza-se pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional.

A diferença é apenas de grau e não de substância”. (Hely Lopes Meirelles, Direito de Construir, 6ª ed., Malheiros, 1993, p. 120). Portanto, se o interesse ultrapassar os limites do Município, afastada estará sua competência privativa, legitimando-se, assim, a edição de normas estaduais e federais sobre a questão, conforme estejam em jogo, respectivamente, necessidades regionais ou nacionais.

No caso presente, o interesse em jogo (melhoria da segurança pública mediante a restrição da venda de bebidas alcoólicas) não pode ser considerado predominante no âmbito municipal. Trata-se, na verdade, de assunto

onde predomina o interesse regional, em face da necessidade de disciplinamento uniforme da questão em todo o território estadual.

Por outro lado, inexistente violação aos princípios constitucionais do livre exercício da atividade econômica e da livre iniciativa, previstos nos artigos 1º, 4º e 170, parágrafo único, da Constituição Federal. Essas liberdades constitucionais não afastam a possibilidade de regramento restritivo estatal com o objetivo de assegurar o bem-estar da coletividade, uma vez que não escapa ao crivo fiscalizador e normativo do Estado (art. 174 da CF/88).

De outro lado, e já em outra linha de raciocínio, esfera se é certo que o estado brasileiro adotou um modelo econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, na iniciativa privada e na livre concorrência, não menos correto é concluir que isto não implica dizer que não cabe ao Estado intervir nos casos em que seja necessária sua atuação na defesa dos interesses públicos.

#### Do voto

Do exposto, e nos termos do parecer, somos de parecer favorável à constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 043/2005.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 043/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo, para efeitos de Segurança Pública, sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda sejam predominantes bebidas alcoólicas.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, porém, esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, chamada a opinar, após exaustiva análise quanto ao mérito, conclui por sua rejeição.

Pelo exposto, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1208, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei nº 043/2005.

## 2ª Discussão

### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria no Calendário Oficial do Estado o Dia da Água a ser comemorado no dia 22 de março. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre Carne Bovina e Bubalina. CONFORME ESPECIFICA. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/2005, de autoria dos Deputados Cida Borghetti, Duílio Genari e Cesar Seleme, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Pedro Joanir Zonta. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Ontem, em votação secreta, foi aprovado por 53 votos.

**Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade da emissão da Certidão de Antecedentes Criminais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o Projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade da Taxa de Certidão de Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Com Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o Projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Quero agradecer ao Plenário a aprovação dos dois projetos de lei que fiz no intuito de aumentar a empregabilidade do Estado.

O primeiro projeto votado, propõe a isenção da taxa de emissão de Carteira da Habilitação de Trânsito, para as pessoas desempregadas. O segundo, propõe a isenção da taxa de emissão de Certidão de Antecedentes Criminais, também para pessoas desempregadas.

O meu raciocínio é que fazer justiça é tratar de maneira desigual aos desiguais. Então os desempregados não devem ser taxados pelo Estado, quando vão buscar documentos para arranjar emprego.

É esse o espírito do projeto e eu sou grato ao escrutínio da Assembléia em aprová-lo.

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que inclui no inciso III do artigo 14, da Lei nº 11.480/96 o produto água de coco envazada. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 3ª Discussão

### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que institui o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - FUNPREVIVE. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a Emenda da CCJ.**

Requerimento nº 1240, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) **(Pela Ordem)**

Só para esclarecimento, quais são os itens?

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Os itens 1, 3 e 4.

Em votação. **Aprovado.**

Automaticamente está prejudicado o requerimento do Deputado Mauro Moraes, que solicita destaque para discussão e votação do item 01.

## Discussão Única (Proposição)

### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 085/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 032/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que garante ao cidadão a transparência dos dados relativos à segurança pública no Estado do Paraná e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNARIO.

OF/CTL/CC Nº 199/2004

Curitiba, 24 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 208/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 032/2004, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre informações de índices de violência e criminalidade, organizados e prestados em blocos de dados, conforme especifica, e destinados a instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública no Estado.

Embora a reconhecida importância do tema “segurança pública”, o projeto de lei em referência não mereceu acolhimento por ter sido, conforme a adiante transcrita manifestação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, considerado contrário aos superiores interesses públicos, assim como eivado de inconstitucionalidade.

“1. Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Deputado Estadual Mauro Moraes, visando ‘...a transparência dos dados relativos à segurança pública do Estado do Paraná.’

2. Cumpre reafirmar manifestação anterior desta Assessoria, no mesmo projeto de lei, quando foram ouvidas as Polícia Civil e Militar.

Ambas as instituições manifestaram restrições quanto ao contido no projeto, na parte referente à divulgação de todos os dados relativos ao crime, sendo que, para a Polícia Militar esta atitude traria prejuízos para o cidadão comum na medida em que poderiam ser utilizadas as informações de forma danosa, pelos próprios criminosos.

A manifestação da Polícia Civil, através da Informação nº 063/2004 da Assessoria Jurídica, levando em conta a inconstitucionalidade da divulgação de dados, conforme estabelecido no inciso XII, do artigo 5º da Carta Magna, foi absolutamente contrária ao projeto.

3. Com estas manifestações, a conclusão desta Assessoria é no sentido de ser o projeto vetado para que não seja violado o sigilo necessário ao andamento de investigações policiais e que não seja ferido o direito ao sigilo de dados pessoais, na forma prevista na Constituição Federal, principalmente na parte referente a disponibilização de informações conforme previsto no artigo 5º e seu parágrafo único do projeto.

4. Ao par disto, cumpre ressaltar, mais uma vez, que esta Secretaria já divulga trimestralmente os índices de criminalidade, sendo que quando estiverem concluídos todos os procedimentos, que se encontram já em fase final, referentes ao geoprocessamento do

Mapa do Crime, estas informações serão ainda mais consistentes.

Ressalte-se ainda que está em fase de criação, nesta Secretaria de Estado, um departamento específico de estatística em parceria com a Universidade Federal do Paraná, o que realça a transparência com que está sendo tratado o assunto.

Mas esta estatística será uma ferramenta de trabalho da polícia, de forma a organizar e orientar suas ações.

O mau uso desses números pode ter efeito contrário e favorecer principalmente ao crime organizado.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 032/2004 encontra-se publicado no DA nº 005/2004, de 01/03/2004).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 85/2004

### Do Projeto

De autoria do eminente Deputado Mauro Moraes, o Projeto de Lei nº 032/2004 visa dispor sobre informações de índices de violência e criminalidade, organizados e prestados em blocos de dados destinados a instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública no Estado do Paraná.

### Do Veto

Na exposição de razões do veto, o Chefe do Poder Executivo, afirma restrições quanto ao contido no projeto, em parte referente à divulgação de todos os dados relativos ao crime, sendo que, na posição da Polícia Militar, “tal atitude traria prejuízos para o cidadão comum na medida em que poderiam ser utilizadas as informações de forma danosa, pelos próprios criminosos”.

Conclui a manifestação da Secretaria de Estado da Segurança Pública: “o projeto é de ser vetado para que não seja violado o sigilo necessário ao andamento de investigações policiais e que não seja ferido o direito ao sigilo de dados pessoais, na forma prevista na Constituição Federal, principalmente na parte referente a disponibilização de informações, conforme previsto pelo artigo 5º e seu parágrafo único do projeto”.

Desta forma o Poder Executivo e no uso de suas atribuições constantes do artigo 87, inciso VII e artigo 71, parágrafo 1º todos da Constituição Estadual, vetou o Projeto de Lei nº 032/2004.

### Do Voto

Das disposições regimentais concluo que o presente protocolado contendo o veto ao Projeto de Lei nº 032/2004, se encontra em condições de admissibilidade no que diz respeito ao tempo de manifestação, assim como às condições de natureza, forma a material constan-



tes nas disposições legais pertinentes de ser submetido ao Plenário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos Programas de Alimentação Escolar e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 002/2005

Curitiba, 05 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 246/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que, de conformidade com o disposto no artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 672/2003, em razão de julgá-lo contrário ao interesse público, por ser considerado desnecessário, eis que os componentes da merenda escolar estão definidos em normas gerais de nutricionismo e sujeitos à épocas de produção, descabendo exigência específica, por lei, de produto que nem sempre é encontrado à disposição para consumo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 672/2003 encontra-se publicado no DA nº 094/2003, de 11/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 17/2005

P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que determina a inclusão do peixe no cardápio de alimentação escolar no Estado do Paraná.

O projeto de lei foi vetado “por ser contrário ao interesse público, eis que os componentes da merenda escolar estão definidos em normas gerais de nutricionismo e sujeitos à época de produção, descabendo exigência específica, por lei, de produto que nem sempre é encontrado à disposição para consumo.”

#### Fundamentação

O veto foi aposto no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 030/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 359/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar nas creches e escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES E SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 023/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 361/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 359/2004, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo: “fica obrigado a inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar nas creches e escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio do Estado do Paraná.”

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre do fato de a medida, tal como está posta, ter sido considerada contrária ao interesse público, por ser totalmente desnecessária e, até inexequível, por demasiada imperatividade, conforme bem esclarece o adiante transcrito pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, cujos termos são por mim adotados como razões fundamentais deste veto:

“Em atenção à solicitação contida no expediente datado de 17/11/2004, com referência ao posicionamento da Secretaria de Estado da Educação sobre o Projeto de Lei nº 359/2004, de autoria do Deputado Estadual Luiz Nishimori, o qual “dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar nas creches e escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio do Estado do Paraná”, informamos a V. Exa. que a FUNDEPAR é a responsável pelo gerenciamento do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEAEE, e atende a 1588 escolas estaduais de 314 municípios, e, aproximadamente, 800.000 alunos/dia, em 2004.

A definição da pauta dos gêneros a serem adquiridos e a inclusão de novos produtos baseia-se nos seguintes critérios: valor nutricional, custo/benefício e aceitabilidade do produto.

Desde 1983, data da criação do referido Programa, a FUNDEPAR vem utilizando em suas programações, rotineiramente, alimentos derivados da soja.

Em 2004, a FUNDEPAR passou a exigir para todos os gêneros destinados à alimentação escolar, isenção de transgenia.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 395/2004 encontra-se publicado no DA nº 017/2005, de 28/03/2005, em “Redação Final”).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 030/2005

P A R E C E R :

**Do Veto**

O Chefe do Poder Executivo em conformidade com o disposto no artigo 87, VII e artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual, decidiu vetar o Projeto de Lei nº 359/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar nas creches e escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio do Estado do Paraná.

O veto se fundamentou no “fato de a medida, tal como está posta, ter sido considerada contrária ao interesse público, por ser totalmente desnecessária e, até inexecutável, por demasiada imperatividade...”

**Do Voto**

A proposição encontra-se em condições para que seja submetida ao Plenário da Assembléia Legislativa, nos termos da legislação vigente.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Solicito ao 1º Secretário Nereu Moura a chamada dos Srs. Parlamentares.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Quero pedir aos Parlamentares desta Casa e mais os que compõem a Base de Apoio ao Governo, que os vetos de nºs 01, 03 e 04 que está em votação, nós pedimos para votar pela expressão SIM, mantendo o veto do Sr. Governador.

**(Procede-se a chamada nominal)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Convido os Deputados Tadeu Veneri e Duílio Genari para o escrutínio dos votos.

Votaram pela manutenção dos vetos, 17 Srs. Parlamentares:

Pela derrubada, 20 Srs. Parlamentares;  
brancos: 02.

**Estão mantidos os vetos dos Itens 01, 03 e 04.**

Solicito ao 1º Secretário a chamada nominal dos Srs. Parlamentares para votar o Item nº 02 - Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 626/2003 ao Projeto da Deputada Luciana Rafagnin.

**ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 011/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui que as Escolas da Zona Rural Públicas e Privadas do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático, em agricultura ecológica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 246/2004.

Curitiba, 28 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 310/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 626/2003, por julgá-lo, contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as escolas da zona rural públicas e privadas do Estado do Paraná “deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica”.

O projeto de lei não foi acolhido em face do adiante transcrito pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, contrário à medida, cujos termos utilizo com razões fundamentais do veto aposto:

“Considerando o texto do Projeto de Lei nº 626/2003, encaminhado a esta Secretaria de Estado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que dispõe “instituir que as Escolas da Zona Rural, públicas e privadas do Estado do Paraná deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica”, entendemos que:

A conscientização sobre a agricultura ecológica, o uso de agrotóxicos a disposição de resíduos sólidos e os demais “temas” sugeridos no referido projeto de lei, só ocorrerá através de um trabalho pedagógico, contínuo e permanente, envolvendo as disciplinas curriculares existentes. Tal temática também está prevista nas Diretrizes Curriculares nacionais (Temas Transversais/Temas Sociais Contemporâneos), no Plano Estadual de Educação (versão preliminar) e nas Diretrizes Curriculares para a Escola Pública do Paraná (em construção coletiva).

Assim sendo, este Departamento é de parecer desfavorável ao projeto em questão, por entender que ao se

trabalhar o Meio Ambiente com enfoque para o desenvolvimento sustentável, em todas as disciplinas, níveis e modalidades de ensino o referido embasamento teórico-metodológico sobre agricultura ecológica encontrar-se-á inserido como um dos conteúdos temáticos das propostas curriculares dos estabelecimentos de ensino.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 626/2003, encontra-se publicado no DA nº 119/2004, de 06/12/2004, em 1ª Discussão-Substitutivo Geral”).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 011/2005

P A R E C E R :

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, determina que as escolas da zona rural públicas e privadas do Estado do Paraná deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

O projeto de lei foi vetado face parecer da Secretaria de Estado da Educação, que entendeu “que ao se trabalhar o Meio Ambiente com enfoque para o desenvolvimento sustentável, em todas as disciplinas, níveis e modalidades de ensino, o referido embasamento teórico-metodológico sobre agricultura ecológica encontrar-se-á inscrito com um dos conteúdos temáticos das propostas curriculares dos estabelecimentos de ensino.”

**Fundamentação**

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Peço a palavra, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu gostaria de pedir o apoio dos nobres Parlamentares na derrubada desse Veto, tendo em vista que o Projeto não gera despesas para o Estado, não cria uma nova disciplina, simplesmente ele dispõe de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica nas escolas do campo.

Gostaria de pedir o apoio de todos os nobres Pares para que todos nós votássemos NÃO ao veto para que pudéssemos ter nas escolas do campo, esse entendimento da matéria da agroecológica, que é interesse diretamente de quem vive no campo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votando...

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

**(Procede à chamada nominal para votação).**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votaram 37 Srs. Parlamentares.

Pela manutenção do veto, vinte Srs. Parlamentares.

Pela derrubada do veto, treze Srs. Parlamentares;

em branco, quatro Srs. Deputados.

**Está mantido o veto do Sr. Governador.**

**Requerimentos:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1197, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1202, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimentos nºs 1204, 1205 e 1206, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1210, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1207, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimentos nºs 1211 a 1213, 1224, 1241, 1242 e 1247, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1214, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1215, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Rejeitado pela Autora.**

Requerimentos nºs 1237 e 1245, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1222 e 1223, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1221 e 1225, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1226, 1227 e 1234, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1233, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1246, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, estou usando da palavra, neste momento, para comunicar à Casa que hoje, grata satisfação nossa, recebemos a notícia que é aniversário de Abib Miguel, Bibinho, que está hoje completando mais um ano de vida e é uma honra para a Assembléia Legislativa do Paraná esse exemplar homem que aqui tem, Bibinho; e que convidou - ainda não está definido o restaurante, mas ou é no Ile de France ou no Chateau Suíse - um jantar convidando o público paranaense para hoje à noite.

Palmas para o Bibinho.

(Aplausos)

## ***Ordem do Dia da próxima Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte:

### **ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 002, 026, 032 e 035/2005.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 543/2003, 040 e 114/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/2005.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 333/2003 e do Projeto de Resolução nº 008/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 017/2005.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Atas de Comissões***

#### ***Comissão de Redação***

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei n 723/2003, o qual foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### ***Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor***

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida a palavra para a Dra. Silvia Cristina Xavier, que fez um amplo relato sobre a Defensoria Pública do Estado do Paraná e respondeu questionamento dos Srs. Deputados membros da comissão, conforme as notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Osni Calixto Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente

Osni Calixto - Secretário

